

EDITAL DE LICITAÇÃO**MODALIDADE LEI FEDERAL Nº 13.303/2016 - PRESENCIAL SRP Nº 002/2024****PREÂMBULO**

DIA:	30 de setembro de 2024 (segunda-feira)
HORA:	14:00 horas (Tolerância de 5 minutos)
LOCAL:	Sala de Reuniões
ENDEREÇO:	Avenida Dedo de Deus, 1161 – Cantagalo – Guapimirim – RJ
INFORMAÇÕES:	cpl@comdeguapi.com.br (Dias úteis, das 10:00 às 16:00 horas)
PROCESSO:	Nº 0022/2023.

1. INTRODUÇÃO:

A Companhia Municipal de Desenvolvimento de Guapimirim torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada em sessão pública à Avenida Dedo de Deus, 1161 – Cantagalo – Guapimirim/RJ, perante a Comissão de Licitação, instituída pela Portaria **026 de 6 de junho de 2024**, modalidade própria da **LEI FEDERAL Nº 13.303/2016 – PRESENCIAL SRP nº 002/2024**, do tipo Menor Preço, de acordo com art. 54, I da Lei 13.303/2016 c/c art. 56, I do RILC COMDEGUAPI S/A, destinado à **contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos de tecnologia da informação, e correlatos de informática, rede lógica, monitoramento e telefonia**, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência, Anexo II, conforme autorização do Ordenador de Despesas, contida no processo administrativo nº **00022/2023**, observando-se o que preceituam a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e suas alterações e o RILC COMDEGUAPI S/A (Regulamento Interno de Licitações e Contratos), bem como os demais dispositivos legais vigentes que dispõem sobre as Licitações e Contratos da Administração Indireta, considerados integrantes deste Edital como se nele estivessem transcritos.

2. OBJETO:

2.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos de tecnologia da informação, e correlatos de informática, rede lógica, monitoramento e telefonia, destinados através da Diretoria de Planejamento e Projetos.

2.2. A contratação do objeto se dará conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.

2.3. O Registro de Preços será formalizado por intermédio de Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo **VIII** e demais disposições fixadas neste Edital.



2.4. A Ata de Registro de Preços é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no Edital e seus anexos e Propostas de Preços apresentadas pelo(a)(s) proponente(s)/licitante(s).

2.5. A existência de preços registrados não obriga o solicitante a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a ele a utilização de outros meios previstos nos arts. 63, III e 66 da Lei nº 13.303/2016 e nos art. 107, III, 116 e 117 do RILC da COMDEGUAPI S/A. O beneficiário do registro de preços, em igualdade de condições, tem direito à preferência para a contratação, dentro dos limites previstos, do prazo de validade estabelecido e das condições da proposta.

3. TIPO:

3.1. Menor Preço por Item

3.2. É facultado ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, conforme tabela constante no Termo de Referência.

4. INTERESSADO (S):

4.1. Diretoria de Planejamento e Projetos

5. DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

5.1. As propostas de preços serão recebidas e analisadas pela Comissão Especial de Licitação na modalidade própria da Lei Federal nº 13.303/2016, instituída pela Portaria supracitada, no dia 30 de setembro de 2024.

5.2. Horário de Início às 14 (quatorze) horas.

6. CONTATO:

O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados, no horário de **10h às 16h**, na **Rua Antônio Dias Guerra, nº 46, Paiol, Guapimirim-RJ**, na Comissão Permanente de Licitação, e estarão disponíveis também para retirada no site oficial da COMDEGUAPI S/A, **www.comdeguapi.com.br**. A retirada dos Editais ocorrerá mediante entrega voluntária de **01 (uma) resma de folhas de papel A4**.



6.1. Os interessados poderão obter informações ou esclarecimentos referentes ao processo licitatório até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada da sessão pública ou através do e-mail: cpl@comdeguapi.com.br

7. LEGISLAÇÃO PERTINENTE:

7.1. Lei Federal nº 13.303/2016, com aplicação subsidiária do RILC, prevista no art. 221 do RILC da COMDEGUAPI S/A, Lei Complementar nº 123/2006, Arts. 60 e 178 da Lei 14.133/2021.

8. AVISO IMPORTANTE

8.1 Conforme estabelece a legislação em vigor, art. 41 da Lei nº 13.303/2016 c/c art. 242 do RILC, a perturbação de processo licitatório é um delito abrangente que consiste em atuar para impedir, perturbar ou fraudar qualquer ato de um processo licitatório, então, está obrigada a atuar processo administrativo para apuração de falta e aplicação de sanções contra todas as empresas que pratiquem os atos tipificados no art. 337-I, do Código Penal Brasileiro.

Art. 41. *Aplicam-se às licitações e contratos regidos por esta Lei as normas de direito penal contidas no art. 178 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021;*

Art. 337-I. *“Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório:*

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

Art. 242. *Aplicam-se as normas de direito penal contidas nos arts. 337-E a 337-P do Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal).*

8.2 Recomendamos que os interessados em participar do certame leiam atentamente todas as exigências para habilitação contidas no Edital e seus anexos, verificando se dispõe dos documentos exigidos.



8.3 E, ainda, que sejam observadas todas as características do objeto licitado para, assim, evitar propostas com valores **INEXEQUÍVEIS**, pois não será aceito pedido de desistência após o início da sessão da licitação.

9. DO PRAZO DE ASSINATURA E VIGÊNCIA:

9.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura da respectiva ata de registro de preço.

9.2. Da ARP em comento, poderá ser formalizado contrato, o qual terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável por igual período, até o prazo de 05 (cinco) anos, na forma do artigo 71, da Lei nº13.303/2016.

9.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Empresa Pública Municipal, permitida a negociação como contratado.

9.4. O(s) licitante(s) vencedor (es) terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para a assinatura da Ata de Registro de Preços, não podendo ser prorrogado, contado da data de convocação pelo solicitante.

9.5. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para apresentação das propostas. Somente após o interregno de 1(um) ano, o reajuste do contrato utilizará o índice IPCA/IBGE como critério de reajuste, de acordo com a Lei Federal nº 13.303/2016, inciso III, do art. 69 c/c art. 139 do RILC COMDEGUAPI S/A.

Art. 69. São cláusulas necessárias nos contratos disciplinados por esta Lei:

(...)

III - O preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

Art. 139. São cláusulas necessárias nos contratos disciplinados por esta Lei:

(...)

III - O preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

10. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES:

10.1. Poderão participar da licitação as empresas com atividade específica do ramo pertinente ao objeto deste certame, que atendam às exigências deste Edital e da legislação em vigor, obrigada a parte declarar sob as penalidades cabíveis a superveniência de fato impeditivo da habilitação (inciso IX do artigo 69 da Lei nº 13.303/2016 c/c art. 139, IX do RILC COMDEGUAPI S/A).

10.2. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela empresa pública ou sociedade de economia mista a empresa, na forma do art. 38 da Lei Nº 13.303/2016 c/c arts. 10 e 11 do RILC COMDEGUAPI S/A:

10.2.1. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista contratante;

10.2.2. Suspensa pela empresa pública ou sociedade de economia mista;

10.2.3. Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

10.2.4. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

10.2.5. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

10.2.6. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

10.2.7. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

10.2.8. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

10.2.9. À contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

10.2.10. A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

- a) dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;
- b) empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- c) autoridade do ente público a que a empresa pública ou sociedade de economia mista esteja vinculada.

10.2.11. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

OBS: OS DOCUMENTOS FÍSICOS ASSINADOS POR MEIOS DIGITAIS, SOMENTE SERÃO ACEITOS DESDE QUE SEJA POSSÍVEL VERIFICAR INTEGRIDADE E CONFORMIDADE DA ASSINATURA POR QUALQUER MEIO. CASO HAJA DÚVIDA QUANTO A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS, O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PROMOVERÁ DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA O ESCLARECIMENTO.

11. DO CREDENCIAMENTO:

11.1.1. As empresas participantes poderão ser representadas na sessão da licitação por seu representante legal, munido da sua carteira de identidade, ou de outra equivalente, e do documento de credenciamento conforme modelo em Anexo, com firma reconhecida em cartório, que lhe dê poderes para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. Estes documentos deverão ser entregues ao Presidente da comissão de licitação fora de qualquer envelope, antes do início da sessão.

11.2. Constitui documento de credenciamento:

- a - Estatuto/contrato social, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. Quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b. Cópia da célula de Identidade e CPF dos sócios ou diretores
- c. Procuração ou documento equivalente da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste certame, juntamente com estatuto/contrato social, identificando/qualificando a pessoa que assina o documento, preferencialmente grifado, com indicativo que facilite a constatação.

11.3. As sociedades anônimas deverão apresentar cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do Conselho de Administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

administradores, que deverá evidenciar o devido registro na Junta Comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei n.º 6.404/76 e suas alterações.

11.4. As licitantes poderão apresentar mais de um representante ou procurador, ressalvada ao Presidente da comissão de licitação a faculdade de limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento das sessões públicas.

11.5. É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de uma licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas.

11.6. Estes documentos deverão ser entregues fora de qualquer envelope ao Presidente da comissão de licitação, junto com os envelopes “A” e “B”. As licitantes que não se fizerem presentes pela forma estabelecida neste item, ficarão impedidas de se manifestar durante os trabalhos.

11.7. Do instrumento procuratório mencionado no item acima deve constar à outorga de poderes para a prática de todos os atos inerentes à licitação, inclusive para a desistência de interposição de recursos administrativos.

11.8. Apresentará, de forma avulsa, a declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e de não estarem impedidos de participar de licitações e de contratar com esta Empresa Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação, na forma do RILC, nos termos do art. 85 e segs., sem inseri-la em qualquer dos dois envelopes mencionados abaixo, quando do momento do credenciamento;

11.9. Eventuais propostas enviadas pelos Correios ou entregues por portador sem poderes para formulá-las e praticar atos durante a sessão não serão, a despeito da falta de específica representação, eliminadas de pronto do certame, neste caso, valerá para todos os efeitos os termos de sua proposta escrita, para apuração da Proposta Mais Vantajosa, ficando assim, expressamente impedido de formular lances ou manifestar intenção de recurso.

11.10. Exclusivamente nos casos descritos no item **11.9**, deverão vir obrigatoriamente, dentro de um terceiro envelope nomeado “Envelope de credenciamento”, sob pena de desclassificação da proposta, os seguintes documentos:

Anexo VI – Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e Estatuto/Contrato Social, CNPJ, Alvará e documento dos sócios.

11.11 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o **licitante** às sanções previstas neste Edital.



12. DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA EMPRESA PÚBLICA:

12.1. O preço global estimado pela Empresa Pública para a contratação do serviço descrito no objeto deste certame, atendendo ao art. 34 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c art. 24 do RILC será sempre, **SIGILOSO**, conforme os valores constantes do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II deste edital.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. Os recursos necessários à realização do serviço ora licitados correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Red.	Fonte de Recurso
02.42.00.04.126.0073.2.222	44.90.52.00	(870)	1.749.00 / 2.749.00 / 2.501,00
02.42.00.04.126.0073.1.172	33.90.30.00	(869)	1.749.00 / 2.501.00 / 1.501,00
02.42.00.04.122.0073.1.172	44.90.52.00	(868)	1.749.00 / 2.749.00 / 2.501,00
02.42.00.04.122.0073.2.222	33.90.30.00	(861)	1.749.00 / 2.749.00

14. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA

14.1. No local, dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, a Comissão de Licitação prestará os esclarecimentos sobre a condução do certame, aos interessados ou a seus representantes, conforme arts. 26,28 e 29, III, IV, VI e VII do RILC COMDEGUAPI S/A.:

- a) Apresentará, de forma avulsa, a declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e de não estarem impedidos de participar de licitações e de contratar com a Empresa Pública em razão de penalidades – ANEXO VI, nem de fatos impeditivos de sua habilitação, na forma do ANEXO V, nos termos do art. 58 e 69, IX da Lei n.º 13.303/2016 c/c art. 41 ao 55 do RILC da COMDEGUAPI S/A., sem inseri-la em qualquer dos dois envelopes mencionados abaixo, quando do momento do credenciamento;
- b) Entregarão, em envelopes opacos, distintos “A” e “B” e devidamente lacrados, nos termos abaixo, os documentos exigidos para a proposta e a habilitação, respectivamente, constando na parte externa a razão social e o endereço da proponente, conforme modelos abaixo:
- c) No envelope “B”, todos os documentos de habilitação apresentados pelo licitante deverão estar rubricados por seu representante legal ou proposto e numerados em sequência crescente e também deverá constar índice relacionando os documentos e suas respectivas



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

páginas. Esta condição visa facilitar os procedimentos de conferência da documentação, dando maior celeridade ao certame.

ENVELOPE A – PROPOSTA DE PREÇOS	ENVELOPE B – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO
CIA. MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM – COMDEGUAPI S/A. LICITAÇÃO Nº _____/202__ Data e hora da abertura. Razão Social e CNPJ. Endereço completo do licitante. E-mail:	CIA. MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM – COMDEGUAPI S/A. LICITAÇÃO Nº _____/202__ Data e hora da abertura. Razão Social e CNPJ. Endereço completo do licitante. E-mail:

d) Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta de preços das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

e) Todos os documentos de habilitação apresentados pelas licitantes deverão estar rubricados por seu representante legal ou preposto e numerados em sequência crescente e também deverá constar índice relacionando os documentos e suas respectivas páginas. Esta condição visa agilizar os procedimentos de conferência da documentação, cujo desatendimento não acarretará a inabilitação da licitante.

f) Após a fase de credenciamento das licitantes, o Presidente da comissão de licitação procederá à abertura das propostas comerciais, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos, com a consequente divulgação dos preços ofertados pelas licitantes classificadas.

g) No caso excepcional da sessão da licitação vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Presidente da comissão de licitação, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

15. DA PROPOSTA DE PREÇOS:

15.1. O envelope “A”, com o título “**PROPOSTA DE PREÇOS**”, deverá conter:

a. A PROPOSTA DE PREÇOS da licitante, NO IMPRESSO PADRONIZADO fornecido por esta Empresa Pública (ANEXO I) ou em documento idêntico elaborado pela licitante, devidamente preenchida, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:

b. Identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço e dados bancários;



- c. Descrição clara e detalhada dos itens cotados, de acordo com as especificações do Termo de Referência - Anexo II do Edital;
- d. Indicação do preço unitário, por item, em moeda nacional, em algarismo e, preferencialmente, por extenso;
- e. Indicação do prazo de validade da PROPOSTA DE PREÇOS, contado da data de sua entrega ao Presidente da comissão de licitação;
- f. Indicação do prazo de fornecimento do produto, contado do recebimento da solicitação da COMDEGUAPI S/A;

15.2. Se, por motivo de força maior, a solicitação não ocorrer dentro do período de validade da proposta e caso persista o interesse da COMDEGUAPI S/A, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

15.3. Os prazos poderão ser prorrogados, mantidas as demais condições desta contratação e assegurada à manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no parágrafo primeiro do art. 87 da Lei Federal n.º 13.303/2016 c/c art. 158 do RILC COMDEGUAPI S/A., devidamente autuado em processo.

15.4. As propostas de preços que atenderem aos requisitos deste Edital serão verificadas pelo Presidente da comissão de licitação quanto a erros aritméticos, que, caso seja necessário, serão corrigidos da seguinte forma:

- a) Se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
- b) Caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta de preços será desclassificada.

16. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

16.1. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério menor Preço por item, observados o valor dentro da estimativa do órgão (tanto o valor final quanto o valor de cada item) e o prazo máximo de fornecimento, as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste Edital. É vedada a aceitação de proposta final com preço superior (tanto global quanto por item) ao fixado no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II deste Edital. Tal aceitação feriria o princípio da escolha mais vantajosa para a esta Empresa Pública, vide Lei 13.303/2016, arts. 31 e 56 c/c arts. 79 ao 84 do RILC COMDEGUAPI S/A.

16.2. Examinada a proposta quanto ao objeto, marca e valores, caberá ao presidente decidir a respeito de sua aceitabilidade. Vedada aceitação de proposta cujo preço da proposta tenham o valor acima do estimado, essas serão desclassificadas



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

16.3. No curso da sessão, a licitante que ofertar valor mais baixo e as de oferta com o preço até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

16.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, o Presidente da comissão de licitação proclamará a qualificação preliminar das licitantes com as três melhores propostas, além da licitante que tiver apresentado o menor preço por item na proposta escrita.

16.5. Não caberá desistência de proposta após a abertura do envelope, nem retratação ou desistência de lances após o registro pelo Presidente da comissão de licitação.

16.6. Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será aplicado o critério de desempate previsto no art. 55 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c art. RILC c/c art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021 e arts. 75 ao 78 do RILC COMDEGUAPI S/A., adotados os procedimentos destinados às microempresas ou empresas de pequeno porte.

16.7. O Presidente da comissão de licitação poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor ou percentual mínimo para o aumento dos lances, mediante prévia comunicação às licitantes e expressa menção na ata da sessão.

16.8. O Presidente da comissão de licitação poderá negociar diretamente com a licitante que apresentar a proposta com menor preço por item para torná-la mais vantajosa a esta Empresa Pública, devendo a negociação se dar em público e formalizada em ata.

16.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Presidente da comissão de licitação, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

16.10. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao Presidente da comissão de licitação decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade, vedada aceitação de proposta cujo preço global seja superior ao estimado.

16.11. Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado e, se for o caso, das que, arguidas pelo Presidente da comissão de licitação, aceitarem registrar seus preços ofertados pela primeira classificada, para confirmação das suas condições de habilitação. Será assegurado à licitante vencedora já cadastrada o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.

16.12. Caso a licitante vencedora desatenda as exigências de habilitação, o Presidente da comissão de licitação examinará as ofertas subsequentes na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta ou o atendimento das exigências



de habilitação, até que uma licitante cumpra as condições fixadas neste Edital, sendo o objeto do certame a ela adjudicado quando constatado o desinteresse das demais licitantes na interposição de recursos.

16.13. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes, e ao final, será assinada pelo Presidente da comissão de licitação e demais membros da equipe de apoio, bem como pelas licitantes presentes. A recusa da licitante em assinar a ata, bem como a existência de participante ausente naquele momento, será circunstanciada em ata. Os lances poderão, a critério do Presidente da comissão de licitação, ser representados por documento anexo à Ata, que será parte integrante da mesma para todos os efeitos.

16.14. O (A) Presidente da comissão de licitação manterá em seu poder os envelopes de habilitação das demais licitantes até a retirada do empenho pela adjudicatária, devendo as referidas licitantes retirá-los no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir dessa data. Expirado esse prazo, os envelopes serão destruídos.

16.15. Nas fases de julgamento das propostas e de habilitação, o Presidente da comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

17.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição, conforme Lei 123/06, art. 43.

17.2. Havendo alguma restrição na regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado a esta, o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação desde que a mesma tenha sido declarada vencedora do certame, de acordo com a Lei 123/06 art. 43 § 1º.

17.3. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará em decadência do direito a contratação sem prejuízo das sanções previstas no art. 56 da Lei nº 13.303/2016 c/c art. 79 ao 82 do RILC COMDEGUAPI S/A., sendo facultado a esta Empresa Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, de acordo com Lei 123/06 art. 43 § 2º.

17.4. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, vide Lei 123/06 Art. 44.



17.5. Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, em conformidade com a Lei 123/06, Art. 44 § 2º.

17.6. Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado de acordo com Art. 45, inciso I da Lei 123/06.

17.7. O empate descrito no item anterior se aplicará somente quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da Lei 123/06 Art. 45, § 2º.

17.8. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, serão convocadas e submetidas aos mesmos procedimentos as empresas remanescentes que porventura se enquadrem como tais, de acordo com Art. 45 inciso II da Lei 123/06.

17.9. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão prevista na Lei 123/06 Art. 45 § 3º.

17.10. Na hipótese da não-contratação nos termos acima estabelecidos, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, em concordância com a Lei 123/06 Art. 45 § 1º.

18. DA HABILITAÇÃO:

18.1. Sob pena de inabilitação e consequente eliminação automática desta licitação, a licitante deverá incluir os documentos previstos neste item no envelope “**B**”, com o título “**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**”, devidamente FECHADO E IDENTIFICADO, conforme indicado neste Edital.

18.2. OS DOCUMENTOS DEVERÃO ESTAR EM PLENA VALIDADE e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por empregado público da Empresa Pública Municipal ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.

18.3. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados ou impressos em papel timbrado da licitante, registrado o número desta licitação e estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido.



18.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Presidente da comissão de licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta consolidada de Pessoas Jurídica do Tribunal de Contas da União, através do seguinte link: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> .

19. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária;
- b) Inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Cópia do Decreto de autorização para que se estabeleçam no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.

19.1 DA REGULARIDADE FISCAL:

- a) Comprovação de inscrição de contribuintes, referente a regularidade fiscal dos licitantes, consoante o estabelecido no art. 58 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c art. 85 ao 90, do RILC COMDEGUAPIS/A.; Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), Inscrição Estadual e Inscrição Municipal;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através da apresentação da certidão (ões) conjunta Negativa(s) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; ou apresentação da certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos



inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei (quando for o caso);

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda do domicílio ou sede do proponente comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva (s), com efeito de negativa(s), na forma da lei;

e) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – C.N.D.T., expedida através do site do Tribunal Superior do Trabalho – T.S.T. ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas – C.P.D.T., conforme artigo 642-A, §2º da CLT;

g) A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste Edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 56 da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 c/c art. 79 ao 82 do RILC COMDEGUAPIS/A., sendo facultado a esta Empresa Pública Municipal convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

19.1.2 Por Certificado de Inscrição, devidamente atualizado, entende-se aquele que se encontra em vigor na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a entrega dos envelopes contendo a **PROPOSTA DE PREÇOS**;

19.1.3 Todos os documentos comprobatórios exigidos para a habilitação deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo a PROPOSTA DE PREÇOS e os documentos das licitantes;

19.1.4 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

19.2 Documentos Relativos à Qualificação Econômica Financeira:

19.2.1 Balanço patrimonial e Demonstração Contábil do último exercício (D.R.E), inclusive com termo de abertura e encerramento, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores {a data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes

19.2.2 As empresas que adotam o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar balanço Patrimonial e Demonstração Contábeis do último exercício social,



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

extraídos do respectivos termos de Abertura e Encerramento do mesmo e Termo de Autenticação ou Recibo de entrega de escrituração contábil Digital (conforme Decreto Federal nº 8.686/16), preferencialmente vistados em todas as páginas pelo representante Legal da Empresa.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual e D.R.E por balanço de abertura, devidamente autenticado pela junta comercial.

b) Prova de capital simples ou de patrimônio líquido no mínimo de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação, na forma prevista pelo artigo 58 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c art. 90 do RILC COMDEGUAPI S/A. e suas alterações. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato em vigor e devidamente registrado ou pelo Balanço Patrimonial e demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

c) Quando S.A, balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);

d) Quando outra forma societária, independentemente de estar enquadrada como ME ou EPP, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;

e) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;

f) Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei. O pequeno empresário, ou seja, o empresário **INDIVIDUAL** caracterizado como microempresa na forma da Lei Complementar nº 123/2006, que aufera receita bruta anual de até R\$ 81.000,00 (art. 68, Lei Complementar 123/2006), deverá fazer a comprovação desta situação mediante apresentação da escrituração simplificada das receitas, onde constem as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do empresário. Neste caso a referida empresa **ESTÁ OBRIGADA** a apresentar Balanço Patrimonial tão somente para fins de verificação dos índices contábeis, contendo as mesmas assinaturas, quer seja, do contabilista regularmente habilitado e do empresário;

g) O prazo para aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis para fins de cumprimento do art. 58 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c art. 90 do RILC COMDEGUAPI S/A. é o estabelecido no art. 1.078 do Código Civil, portanto, até o quarto mês seguinte ao término do exercício social (30 de abril). Desse modo, ocorrendo a sessão de abertura de propostas em data posterior a este limite, torna-se exigível, para fins de qualificação econômico-financeira, a apresentação dos documentos contábeis referentes ao



exercício imediatamente anterior." (Acórdão 1999/2014, Processo 015.817/2014-8, Plenário, Relator Ministro Aroldo Cedraz, 30/07/2014)

19.2.3 Certidões negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelos distribuidores da sede do licitante. Se o licitante não for sediado na Comarca da sede, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências ou recuperação judicial.

19.2.3.1 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios, inexistindo este prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

19.2.4 Não será causa de inabilitação de licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado ou homologado pelo juízo competente, quando da entrega da documentação de habilitação

19.2.5 A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderá apresentar mediante solicitação do Presidente da comissão de licitação, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas.

19.2.6 No caso das certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente informando em que fase se encontra o feito em juízo

20. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

20.1. Comprovação de aptidão por meio de **ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA**, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento com as características do objeto da licitação; conforme art. 58, II da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c art. 89 do RILC COMDEGUAPI S/A.

21. DA DECLARAÇÃO RELATIVA À TRABALHO DE MENORES:

21.1. Declaração firmada pela licitante nos termos do modelo que integra o **ANEXO III** deste Edital, expressando não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como menores de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e de acordo com o art. 58 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c art. 90, IV, item

2.1, alínea “g” do RILC COMDEGUAPI S/A., acrescido pela Lei Federal nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02.

22. DOS RECURSOS:

22.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal. As licitantes poderão interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões por igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, de acordo com os arts. 59 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c os arts. 38, 43 e 101 do RILC COMDEGUAPI S/A.

22.2 A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

22.3 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

22.4 Os recursos e as contrarrazões interpostos pelas licitantes deverão ser entregues no Serviço de Protocolo da **COMDEGUAPI S/A – CIA. MUN. DE DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM, localizado à Rua Antônio Dias Guerra, nº 46, bairro Paiol, Guapimirim, RJ, das 10h às 16h**, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, bem como, poderá ser encaminhado ao e-mail: cpl@comdeguapi.com.br.

22.5 Os itens para os quais não forem interpostos recursos serão desde logo adjudicados.

22.6 Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Presidente da comissão de licitação da empresa pública **COMDEGUAPI S/A**, que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, decidirá de forma fundamentada, conforme art. 102 do RILC COMDEGUAPI S/A.

23. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

23.1. Decididos os recursos ou em sua ausência, constatada a regularidade dos atos praticados, o(a) Presidente da comissão de licitação adjudicará o objeto e o Presidente(a) da Empresa Pública Municipal de Guapimirim, ou (a) responsável pela contratação homologará a licitação.

24. DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS:



24.1. No âmbito do Sistema de Registro de Preços a adjudicação significa tão somente o registro dos preços ofertados, de acordo com o art. 66 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c os arts. 116 e 118 do RILC COMDEGUAPI S/A.

24.2. A existência de preços registrados não obriga o solicitante a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência em igualdade de condições.

24.2.1. O exercício de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso o opte por realizar a prestação de serviços/ aquisição através de licitação específica. Quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, o detentor do registro de preços terá assegurado seu direito à contratação.

24.2.2. É vedada a prestação de serviços/aquisição do produto por valor superior a que poderia ser obtido do detentor do registro de preços.

24.3. Uma vez registrados os preços, o solicitante poderá convocar o detentor do Registro a prestar os serviços/aquisição respectivos, na forma e condições fixadas no presente Edital e no Contrato de Compromisso de Fornecimento.

24.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os participantes poderão convocar o(s) detentor(es) a cumprir(em) as obrigações decorrentes da presente licitação.

24.4.1. Cada Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento será considerada partes integrantes da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

25. DA ATA DE PREÇOS DE REGISTROS E DO CONTRATO:

25.1. Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, após cumpridos os requisitos de publicidade, nas condições estabelecidas neste Edital. O prazo da convocação poderá ser prorrogado quando solicitado pela licitante vencedora do certame durante o transcurso do referido prazo, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Órgão Gerenciador, de acordo com o art. 66 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c os arts. 116 e 118 do RILC COMDEGUAPI S/A.

25.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, conforme o art. 118 do RILC COMDEGUAPI S/A.



25.3. Durante seu prazo de validade, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição do solicitante, para que se efetuem as contratações nas oportunidades e quantidades necessárias, até o limite estabelecido.

25.4. A Ata será efetuado nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, art. 66 c/c o RILC, arts. 116 e 118 da COMDEGUAPI S/A, conforme a necessidade do objeto, pelo período a ser determinado no ato da assinatura de 12 (doze) meses.

25.5. O(s) licitante(s) vencedor(es) cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preços terá o prazo de 02 (dois) dias para a assinatura do Contrato, contados da solicitação da prestação de serviço e ou aquisição, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período, devidamente justificado, contado da data de convocação pelo solicitante.

25.6. A recusa do adjudicatário em atender a convocação estabelecida no item anterior, sujeita-o às sanções administrativas, sem prejuízos das demais penalidades legalmente estabelecidas (Lei Federal nº 13.303/2016 e c/c o RILC da COMDEGUAPI S/A).

26. DOS PREÇOS REGISTRADOS:

26.1. Serão registrados os valores da(s) licitante(s) vencedora(s), conforme ordem de classificação, observando-se o seguinte:

- a) os preços registrados e a indicação do respectivo fornecedor serão divulgados em órgão oficial da Empresa Pública Municipal e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- b) o solicitante do Registro de Preços deverá, quando da necessidade da contratação, recorrer ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

27. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

27.1. O(s) fornecedor(es) terá(ao) seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Empresa Pública Municipal, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) tiver presentes razões de interesse público; e) por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.



27.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas no item 26.1, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

27.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

27.4. A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência.
- b) quando não restarem fornecedores registrados.

28. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

28.1. Ao assinar a Ata de Registro de Preços e o contrato, a empresa adjudicatária obrigasse a executar o objeto a ela adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste edital e seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

28.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão desta empresa pública municipal ou de outra empresa pública ou sociedade de economia mista que não seja participante no item ou lote específico do certame licitatório, mediante prévia consulta à unidade gerenciadora, desde que devidamente comprovada a vantagem.

28.3. Os órgãos e as entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à unidade gerenciadora da Ata, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

28.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação do serviço, desde que não haja prejuízo às obrigações anteriormente assumidas.

28.5. A liberação da participação nas atas de registro de preço para órgãos e entidades não participantes, não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos originalmente registrados na Ata de Registro de Preço. A Ata de Registro de Preços será assinada pela autoridade competente, pelo gerenciador da Ata e pelo adjudicatário, vinculando-se este último ao cumprimento de todas as condições de sua proposta, cujo preço foi registrado, e às normas editalícias e legais durante toda a vigência da Ata.



28.6. No procedimento de adesão a lote de Ata de Registro de Preços é permitida a contratação de fornecimento parcial dos bens ou serviços nela constantes, desde que isso não desequilibre a proposta cujo preço foi registrado para o lote e/ou item.

29. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1 No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital, a **COMDEGUAPI S/A**, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas no art. 82 ao 84 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c art. 179 e 180 do RILC COMDEGUAPI S/A, bem como, no que couber, as seguintes sanções:

a) Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo da entrega do objeto ora licitado, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;

b) Multa administrativa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.

29.2 As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a **COMDEGUAPI S/A** rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

29.3 As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Empresa Pública Municipal à contratada ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os arts. 82, § 2º da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c os arts. 179 e 180 do RILC da COMDEGUAPI S/A.

29.4 A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da **COMDEGUAPI S/A**. de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

29.5 A licitante que não retirar o Empenho dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, retardar a execução, descumprir, injustificadamente, qualquer cláusula contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c art. 180 do RILC da COMDEGUAPI S/A., ser impedida de contratar com esta Empresa Pública pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

29.6 O licitante será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com a Empresa Pública Municipal de Guapimirim e será descredenciado no cadastro de fornecedores, pelo



prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo de multa de até 20% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) cometer fraude fiscal;
- b) apresentar documento falso;
- c) fizer declaração falsa;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido;
- f) deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- g) não manter a proposta.
- h) Para os fins da sub condição 28.6 alínea “d”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 38 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c os arts. 155 do RILC da COMDEGUAPI S/A.

30. DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

30.1. Observado o prazo da solicitação do fornecimento, que se dará 05 dias após emissão da ordem de fornecimento, em remessa parcelada, serão considerados como satisfatórios pela Empresa Pública Municipal de Guapimirim, imediatamente depois de verificada a conformidade dos itens, sua respectiva quantidade e qualidade para consequente aceitação, consignadas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II** deste Edital.

30.2. Nos casos de compras ou locação de equipamentos, será feita a verificação da conformidade do material, ficará o contratado obrigado a reparar ou substituir às suas expensas o objeto entregue caso haja defeitos, vícios ou incorreções, sendo estas medidas embasadas na Lei Federal nº 13.303/2016, nos artigos 76 c/c os arts. 155 do RILC da COMDEGUAPI S/A.

31. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

31.1. O pagamento das faturas apresentadas se processará após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e comprovação de que o atendimento do respectivo objeto o foi feito conforme as especificações e condições previstas e estabelecidas no presente instrumento, seus anexos proposta de preço e demais documentos inerentes ao processo;

31.2. A contratada deverá apresentar sua documentação de cobrança mediante as medições das parcelas executadas, sendo tal procedimento efetuado pelo setor pertinente da Diretoria solicitante e atestado em impresso apropriado;

31.3. O pagamento devido será efetuado pela Empresa Pública Municipal de Guapimirim em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da cobrança, uma vez obedecidas as formalidades legais e contratuais pertinentes;



31.4. Os pagamentos das obrigações, não sendo efetuados pela Empresa Pública Municipal de Guapimirim de dentro do prazo estabelecido, e desde que o atraso decorra em consequência de sua própria responsabilidade, serão acrescidos de compensação financeira à razão 0,01% (zero vírgula zero um por cento) ao dia e mais multa de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) ao mês, a contar do primeiro dia de atraso em relação ao prazo definido, e calculado, exclusivamente, sobre o valor da parcela devida;

31.5. O pagamento da compensação financeira e da multa será efetivado mediante autorização expressa do Senhor(a) Diretor (a) Presidente (a), em processo administrativo próprio e motivado a partir de requerimento da contratada, desde que protocolado em um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos contados a partir do terceiro dia de atraso;

31.6. Os documentos de cobrança que contiverem incorreções serão devolvidos a Contratada, suspendendo o prazo de pagamento, reiniciando-se a sua contagem a partir da data de reapresentação do documento corrigido.

31.7. Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a **COMDEGUAPI S/A - Cia. Mun. De Desenvolvimento de Guapimirim, CNPJ/MF nº 50.833.734/0001-20** e endereçados à **Rua Antônio Dias Guerra, nº 46, Paiol, Guapimirim/RJ, CEP 25.945-877.**

31.8. No setor apropriado desta Empresa Pública Municipal, o interessado deverá protocolar sua solicitação formal para pagamento, da qual deverá constar:

- a) o requerimento, preferencialmente em papel timbrado da empresa, endereçado ao Diretor Presidente(a) da Empresa Pública Municipal de Guapimirim, solicitando o pagamento do valor devido, indicando, também, os dados bancários para depósito, devidamente assinado pelo representante legal;
- b) cópia da Nota de Empenho;
- c) cópia da Autorização de Fornecimento, quando houver;
- d) 1ª via original da fatura, nota fiscal de venda, nota de serviço ou de outro documento assemelhado e legalmente hábil, devidamente atestado por 02 (dois) empregados públicos devidamente habilitados e pelo Diretor(a) da pasta.

31.9. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do Contratado, a contagem do prazo de 30 dias será reiniciada a partir da respectiva reapresentação.

32. DO ARREDONDAMENTO DE VALORES

33.1. Não serão aceitas propostas com valores acima de 2 (duas) casas decimais, tanto no valor unitário, quanto no valor total.



33.2. Tribunal de Contas da União, através da 4ª edição da Revista de licitações e contratos do Tribunal de Contas da União – Orientações e jurisprudência do TCU – Página 509:

“Quando a adjudicação for por item ou equivalente, o cálculo dos Índices de Preço, Técnico e de Avaliação Final será efetuado item por item ou conforme dividir-se o objeto. Serão os valores numéricos calculados com duas casas decimais, desprezada a fração remanescente”

33. DOS ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL:

Anexo I – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo II – Termo de Referência;

Anexo III – Modelo de Declaração referente ao Art. 7º, XXXIII, CF/88

Anexo IV – Modelo de Carta de Credenciamento

Anexo V – Declaração de fatos impeditivos para habilitação;

Anexo VI – Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos da habilitação;

Anexo VII – Modelo de Declaração de ME/EPP;

Anexo VIII – Ata de registro de Preços;

Anexo IX – Modelo de Declaração de recebimento e/ou acesso a documentação.

Anexo X – Modelo de Contrato

34. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS:

34.1. Os interessados poderão obter informações ou esclarecimentos referente ao processo licitatório até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada da sessão pública através do e-mail: cpl@comdeguapi.com.br

34.2. As impugnações interpostas deverão ser entregues no Serviço de **Protocolo da COMDEGUAPI S/A - Cia. Mun. De Desenvolvimento de Guapimirim, CNPJ/MF nº 50.833.734/0001-20** e endereçados à **Rua Antônio Dias Guerra, nº 46, Paiol, Guapimirim/RJ**, das **10h às 16h**, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, e serão dirigidas ao Presidente da comissão de licitação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das propostas.

34.3. Caberá ao Presidente da comissão de licitação responder, antes da realização da sessão, às impugnações interpostas pelas potenciais licitantes, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados.

34.4. É facultada ao Presidente da comissão de licitação e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado diante dos requisitos previstos neste Edital seus anexos,



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

34.5. A Empresa Pública Municipal poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame se constatado vício no seu processamento, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

34.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o Presidente da comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes a eficácia para fins de habilitação e classificação.

34.7. Ocorrendo a revogação ou anulação do certame, a decisão será publicada no mesmo veículo em que se deu a publicação do aviso inicial e disponibilizado no sítio eletrônico da empresa pública e do Município de Guapimirim

34.8. Ocorrendo ponto facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização dos eventos na data indicada no preâmbulo do edital, a licitação ficará automaticamente adiada para o mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, independente de nova comunicação.

34.9. A homologação do resultado desta licitação, não importará direito à contratação.

34.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

34.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da comissão de licitação, com auxílio da equipe de apoio.

35. FORO:

35.1. A **COMDEGUAPI S/A** e as licitantes do certame elegem o foro da Comarca de Guapimirim, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente Edital.

Guapimirim-RJ, ____ de _____ de 202__.



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA

<u>Razão Social:</u>		<u>CNPJ:</u>	
<u>Telefone:</u>		<u>E-mail:</u>	
<u>Endereço:</u>			
<u>Representante Legal:</u>			
<u>Validade da Proposta:</u>			

Data: / /

Quantitativo estimado: Estimativa de quantidade que irá compor a necessidade demandada pela COMDEGUAPI S/A por equipamento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	Valor unitário	Valor total
1,0	Access point Modelo; U6; Enterprise AP; AC 4X4; voltagem 110v/240v tipos de conexões sem fio; Velocidade wireless de 10.17 GBPS; Frequências de 5GHz, 2,4 GHz, 6,0GHZ Tipo de Frequência; Banda Tripla; Normas IEEE 802.3at, IEEE 802.11a/b/g; Protocolos de segurança WPA, WPA2, WPA3; Conexão PoE Antenas Internas 10. Tipo Ubiquiti ou similar.	unidade	4	R\$	R\$
2,0	Bandeja fixa 4 Pontos 1u X 300mm Altura 4,4cm (44mm), Largura 42cm, (420mm), Para Rack Servidor 19; Bandeja com 4 pontos de fixação dianteiro e traseiro; Bandeja Frontal Fixa P/ Rack Padrão 19".1U x 300mm de profundidade; Tratamento do aço com Anticorrosivos e desengraxantes biodegradáveis; fabricados em chapa de aço tratado; fornecido com um plano de fixação com furação para porca-gaiola 1U; Pintura em epóxi-pó microtexturizada na cor preta.	unidade	4	R\$	R\$
3,0	Bateria de 12v 7ah selada para central de Alarme tipo Intelbras ou Similar; bateria tipo Gel ácido; Altura 10", Largura 6,5cm, comprimento 15,1 cm	unidade	2	R\$	R\$
4,0	Cabo de Rede CAT6; (Cat 6), acondicionado em caixa tipo FASTBOX); Par Trançado UTP; revestido de Pvc; 100% Cobre; Conector RJ 45 blindado entrada; conector RJ 45 blindado com 305.00 metros; largura de banda 250 MHz	Caixa	10		
5,0	Câmera IP Tipo; Modelo Intelbras ou Similar; VIP 1230 B G2; Resolução Full Hd 1080p Poe 2mp ir 30; formato Bullet com visão Noturna	unidade	2		
6,0	Câmera IP Tipo Modelo Intelbras ou Similar; VIP 1230 D (dome); Lente de 2.8mm; Resolução Full Hd 1080p; Formatos de Compressão de Vídeo (H264,	unidade	10		



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

	H264b, H.264H, H265, MJPEG; Conectividade LAN; Campo visual 102º formato dome; Metal; (tampa frontal) e plástico (gabinete traseiro); com visão Noturna; FPS 30; Controle; App, PC, Remoto com sensor de Movimento, Distância de alcance de 30 metros/ altura 85,5mm/ Senso de Imagem 1/2.7" 2mp sensor CMOS (Sistema operativo Androide, IOS)				
7,0	Central de Alarme Tipo Intelbras ou Similar modelo 2118EG 18 Zonas Grps Ethernet Gsm; Com Wifi; Sensores Infravermelho; sem fio; com discador Automático; teclado de led; 03 tipos de comunicação GPRS, Linha telefônica; protocolo Contact Id) Comunicação com App via cloud; reporte de eventos para 2 IPs distintos	unidade	1		
8,0	Central Telefonica digital impacta 68I Pabxhibrida Tipo Intelbras ou Similar; tecnologias analógica, digital e IP. tecnologia VoIP (voz sobre internet). Plano de numeração flexível; siga-me externo; Bilhetagem; Conferência; DISA (atendimento automático); Identificação de Chamadas; Interface Ethernet; Interface Modem; Linha executiva; Música de espera; Rota de menor custo; Seleção automática de linhas; Solução para aplicações hoteleiras; Transferência de chamadas para números externos; Função busca pessoa entre os terminais Inteligentes. Máx. Troncos Digitais RDSI e R20 (Canais): 30 Máx. Troncos analógicos: 8 Máx de Troncos IPs (SIP): 30 MÁXIMA DE RAMAIS: Máx. Ramais digitais: 8 Máx. Ramais analógicos: 32 Máx. Ramais IP: 30 MODULARIDADE: Troncos analógicos: 2 Troncos IPs: 4 Ramais analógicos: 4 Ramais digitais: 4 Placas mistas (RD/RA): 1 RD-3RA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Peso (kg): 1,8 Potência máx. (W): 40 Dimensão (mm): 343,5 X 233 X 111 Alimentação AC (Vac): 90 - 240	unidade	1		
9,0	Computador tipo Pc - <u>processador Ryzen 5.5600 G Amd (ou Similar) - com 6 nucleos, 12 linhas de execução (threads) e velocidades de até 4,4GHz.- HD 480GB - MEMÓRIA - Tamanho: 32GB - Arquitetura da memória: DDR4- Expansível até: 64GB- INTEGRADO: RADEON VEGA 7- Modelo gráfico: Gráficos Radeon VEGA 7- Frequência gráfica: 1900 MHz- Contagem de núcleos gráficos: 7 Placa mãe modelo A520</u> - Suporte para processadores Série 3000,4000g e 5000 - Socket: Am4 - Chipset Amd A520 - 1x slot PCI Express 3.0 x16 - 2x slot PCI Express x1. 4x Conectores SATA 6Gb/s - Saídas de vídeo: 1x VGA, 1x HDMI, 1x DVI - 1x conector M.2 Socket 3- Tipos de memória DDR4 - Slots de memória 2 DIMMs	unidade	16		



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

	DDR4 - 4x USB 3.2 Geração 1 (3 TRASEIRAS)- 2x USB 2.0/1.1 - 3x Áudio (Line In, Line Out, Mic In)- 1x RJ-45 - Rede: Realtek GbE LAN Chip (10/100/1000 Mbit)- 2 Portas PS/2 Teclado e Mouse- Conector Entrada Saída Microfone N° de núcleos de CPU: 6- N° de threads: 12 - Clock básico: 3.9GHz - Clock de Max Boost: 4.4GHz - Desbloqueado: Sim- CMOS: TSMC 7nm FinFET - Package: AM4 - Versão PCI Express: PCIe 3.0- Solução térmica: Wraith Spire - TDP / TDP Padrão: 65W - Fonte ATX 500W REAL - 110/220V - BIVOLT - Acompanha cabo de força - Windows 10 Trial- 64 bits, Gabinete Profundidade x Largura x Altura - 35cm x 18cm x 42cm				
10,0	Controle de Acesso facial, Biometria Ss 1540 Mf W Intelbras ou Similar. Frequência 13,56 MHz, Detecção facial com sistema anti-fake, que impossibilita acesso por foto ou vídeo em meio físico ou digital. Alerta e/ou bloqueio por utilização de máscara; Tela LCD sensível ao toque (capacitiva); Indicado a ambientes internos; Capacidade para 3.000 usuários; Capacidade para 5.000 cartões/QR Codes (até 5 por usuário); Capacidade para 3.000 senhas (1 por usuário); Capacidade para 3.000 templates faciais (até 2 por usuário); Capacidade para 5.000 biometrias digitais (até 3 por usuário); Dados de usuários salvos diretamente no controlador de acesso; Conexão via Wi-Fi ou Ethernet; Precisão de verificação de face > 99,5%. Baixo índice de falsa rejeição. Tempo de reconhecimento facial: 0,2 s.	unidade	1		
11,0	Fonte modelo Poe-24-7w-g-wh-br 0.3 Amperes 02 Portas - saída potência 7w - velocidade de conexão máxima - 1000Mbps - Altura 5cm x10cm x 5cm - Ubiquiti ou Similar	unidade	4		
12,0	Gravador de vídeo NVR 16 Canais Intelbras ou Similar Modelo NVD 3316P - Resolução Full HD- Conectores de Saída BNC - Sem o HD SSD. Ou Similar	unidade	1		
13,0	Mouse s/ Fio wireless recarregvel Rgb 2.4g; resolução do sensor 1200 dpi; sensor óptico; Velocidade máxima 1600 ips. Qtd. de botões 4; Alcance máximo 10 m É ergonômica Sim	unidade	20		
14,0	<u>Monitor 29" UltraWide -Tela de Led - Anti-reflexo, resolução de 2560px-1080px, Proporção da tela de 21:9 Painel IPS, brilho de 300cd/m2. conexão 2 HDMI 2.0. Alto - falantes Incluídos - Reclinável - Ful HD</u> - taxa de atualização 75Hz, Tipo de Resolução WFHD, Tela LED- Quantidade de Cores 16.7 milhoes - Tempo de resposta 5ms, ângulo de visão horizontal e vertivcal 178° -	unidade	17		



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

	Tecnologias de sincronização - Dynamic Action Sync, FreeSync, Adaptive-Sync, Eficiência energética - A - dimensões Altura com suporte 410.9 mm Comprimento com suporte 209.4 mm Largura com suporte 698.1 mm Peso com suporte 5.2 kg Altura sem suporte 317.5 mm Comprimento sem suporte 76.9 mm Largura sem suporte 698.1 mm Peso sem suporte 4.7 kg ou Similiar				
15,0	Monitor 21,5" com bordas ultrafinas -221v8 Tela de Lcd - Anti-reflexo, resolução de 1920px-1080px, Proporção da tela de 16:9 Painel VA, brilho de 200cd/m2. conexão HDMI - Reclinável - Full HD- taxa de atualização 75Hz, Tipo de Resolução WFHD, Tela LCD- Quantidade de Cores 16.7 milhoes - Tempo de resposta 5ms, ângulo de visão horizontal e vertical 178° - Tecnologias de sincronização Adaptive - Sync, Eficiência energética A - dimensões Altura com suporte 37.6 cm Comprimento com suporte 22 cm Largura com suporte 49.2 cm Peso com suporte 2.6 kg Altura sem suporte 29.5 cm Comprimento sem suporte 4.5 cm Largura sem suporte 49.2 cm Peso sem suporte 2.21 kg ou Similar	unidade	15		
16,0	Nobreak 1200 va bivolt 120v UPS Interactiva; Altura 220mm; Largura 130mm; Peso 10,4 kg, Intelbras Attiv ou similar	unidade	20		
17,0	Roteador -1G-12s+2XS - Hardware 16 Portas - voltagem - 100v - 240v, dimensões Altura x Largura x Profundidade 44 mm x 443 mm x 224 mm, Tipo Mikrotik - Modelo CCR 2004 ou similar	unidade	1		
18,0	Patch Panel plus cable 24 Portas Cat6 T568a/b Rj45 Rack 1U Rede Lan Utp Certifica, tipo Giga ou Similar	unidade	4		
19,0	Porca Gaiola com garra m5 temperada c/ Parafuso panela m5x15mm niquelado para Bandeja Rack Kit c/50 peças ou Similar	pacote	1		
20,0	Rack Servidor Piso Padrão 19 24u X 570mm - Acrílico padrão 19 polegadas e 24U - Modelo 4369 ou similar.	unidade	1		
21,0	RJ 45 pacote com 100 unidades Cat6 (macho)	pacote	1		
22,0	Kit 10 peças frente falsa 1Ux19P/ racks de rede – tampa cega; Altura x Largura 4.45 cm x 482 mm(mínimo)	pacote	1		
23,0	Tomada Rj 45 Cat6 (Fêmea)	unidade	50		
24,0	Kit fechadura - magnética eletroímã 150kgf - tipo intelbras ou Similiar - 1 receptor universal XAR 3060 - 1 fonte de alimentação ininterrupta Fa 1220S Automatiza - 02 Controle remoto XAC 4000 smart control - 01 Acionador de Saída Inox sobrepor Bt	Kit	1		



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

	3000 In. 01 Fechadura Eletrica cilindro fixo Fx 2000 - Frequência de operação 433,92 Mhz com ressonador SAW - Bateria de lítio de longa duração, tipo modelo Fe 20150 + Fx 2000 ou similar				
25,0	Roteador Wireles - C6.velocidade 867Mbps - Frequências 2.4 GHz, 5 GHz-Normas IEEE IEEE 802.11ac/n/a, IEEE 802.11b/g/n - Redes móveis Controle de acesso, Firewall SPI, Gateway de camada de aplicativo, Ligação IP e MAC, Wi-Fi dual-band AC1300 – 867 Mbps em 5 GHz e 400 Mbps em 2.4 G - Funções Access point, Roteador, WDS Bridge, WMM - Com firewall integrado - Protocolos de segurança DMZ, SPI, WEP, WPA, WPA2 - Quantidade de portas WAN/LAN 5.- (tipo - modelo AC1300 Archer Tp-link ou Similar)	unidade	2		
26,0	Smart TV 65" UHD Cristal 4K Tipo modelo (65CU7700) - Wi-Fi Bluetooth Alexa 3 HDMI - Modelo UN65CU7700GXZD - UHD 4K - Tipo Pannel VA - Tecnologia Pur Color - Espelhamento da TV para Mobile, Espelhamento do Smartphone para TV, DLNA, Comunicação por Vídeo: Google Meet, Tap View, Configuração facilitada, Casting de app, Bluetooth Low Energy, Wi-Fi Direct, Som da TV para smartphone, Espelhamento de Áudio, Compatível com suporte Stand modelo VG-SESA11K/ZX, Compatível com Suporte de Parede Padrão VESA, Compatível com Webcam (consultar modelos compatíveis) - Frequência 60Hz - Sistema Operacional Tizen - Conectividade -Wi-Fi, Bluetooth, Anynet+ (HDMI-CEC), Transmissão digital: ISDB-T, Sintonizador analógico: Sim (Trinorma), Data Broadcasting: GINGA - Processador Crystal 4K - Assistente virtual Alexa Integrado - Bixby em: Inglês americano, Inglês britânico, Inglês indiano, Coreano, Francês, Alemão, Italiano, Espanhol, Português do Brasil. Características variam de acordo com região - Resolução de Tela 3.840 x 2.160 formato 16:09 - Recurso de Imagem - HDR (High Dynamic Range): HDR, HDR 10+, Contraste: Mega Contraste, HLG (Hybrid Log Gamma), Tecnologia de painel: Pur Color: Pur Color, Micro Dimming: Esmacimento UHD, Realce de contraste, Tecnologia Motion: Motion Xcelerator, Modo Filme, Modo Filmmaker, Tipo de borda: 3 bordas infinitas - Aplicativos Netflix, Prime, Video, Youtube, Globoplay, Telecine, Disney+ (Os aplicativos são passíveis de alteração pelo fornecedor sem aviso prévio) Dimensões Altura: 96cm, Largura: 161cm, Profundidade: 18cm. Ou similar	unidade	2		



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

27,0	<p>Smart TV Crystal 43" 4K UHD CU7700 - Alexa built in, Gaming Hub - modelo UN43CU7700GXZD Ano 2023 Número da peça UN43CU7700GXZD Tipo Do Produto Eletrônicos Sistema operacional Tizen Interface do hardware Bluetooth, USB, HDMI Resolução 4K Características especiais Plana; Peças para montagem Cabo, manuais, controle Número de unidades Tecnologia da tela Crystal Tamanho da tela 43 Polegadas Tela ou mostrador Crystal Proporção da tela 16:9 Resolução 3840 x 2160 Pixels; Potência de saída em Watts 20 Watts Voltagem 110 Volts, 220 Volts Etiqueta Nacional de Eficiência Energética (ENCE). A Potência em watts funciona com baterias. Não Frequência 60 Hz Taxa de atualização 60 Hz Total de entradas USB1 Tecnologia de conexão Bluetooth, Wi-fi, Ethernet, HDMI Inclui controle remoto Sim Bluetooth Sim Cor Preto Cor correspondente Preto Conexões Wi-fi Wi-fi Garantia do fabricante 1 ano com o fabricante Peso do produto 10,2 Kilograms Número do modelo UN43CU7700GXZD EAN 7892509126656 Dimensões do produto 19,25 x 108,1 x 67 cm; 10,2 Quilogramas - (ou similar)</p>	unidade	1		
28,0	<p>Smart TV 85" QLED 4K modelo Q70C 2023, - Modo Game, Som em Movimento, Tela sem limites, Design slim 85" Tecnologia de Pontos Quânticos: 100% volume de cor, com certificação PANTONE Até 120Hz de Taxa de Atualização com o Motion Xcelerator Turbo+ Processador Quantum 4K: Samsung Gaming Hub: O seu videogame dentro da sua TV Smart Hub Tizen Samsung: Seus filmes, programas e jogos em um só lugar Design Air Slim com base ajustável: Processador IA, Som em Movimento Virtual, imagens em 4K/120Hz no HDMI - 2.1 3,840 x 2,160 Resolução - Função Multitela na sua TV 4K - Experiência de Som Imersiva SOM EM MOVIMENTO VIRTUAL E SINCRONIA SONORA7 - visualização do seu game com opções de formato de tela de 21:9 ou 32:9, além de um menu intuitivo para você consultar o input lag, FPS, HDR - FreeSync Premium Pro JOGUE LISO, SEM ESFORÇO - Smart Hub Tizen Samsung SEUS FILMES, PROGRAMAS E JOGOS EM UM SÓ LUGAR.- jogos nas plataformas Xbox Game Pass e Nvidia GeForce Now, transmissão de lives via Twitch. - Até 120Hz de Taxa de Atualização com o Motion Xcelerator Turbo+ ULTRAPERFORMANCE com imagens em 4K/120Hz no HDMI 2.1- ou similar</p>	unidade	1		



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

29,0	Sistema Operacional - Windows 11 PROFESSIONAL Original 64 Bit (1 Licença Windows 11 Profissional Vitalício - válida para 01 PC (computador) (na forma para BAIXAR)	unidade	15		
30,0	Servidor NAS WD My Cloud Expert Ex2 Ultra 20 TB - Dual - Core 1.3 GHz - 1 GB Ram - Gigabit - com 02 Hds Nas de 10TB. (Gigabit Ethernet, - Fonte de alimentação (entrada DC) x 1, - Porta de expansão USB 3.0 x 2 traseira, CPU - Marvell ARMADA 385 1.3 GHz dual-core, - 2 x 3,5 polegadas baías de disco rígido, hot swap capaz, sem bandeja de design - Cliente DHCP ou IP Estático - Cliente NTP - Dynamic DNS (DDNS)- Apple Bonjour e Windows Rall- Suporte de quadro Jumbo até 9K- VLAN (802.1Q)- Agregação de link e failover para 2 portas Gigabit Ethernet- Encaminhamento de porta UPnP- Protocolo de Descoberta de Topologia de Camada de Link LLTD- ISCSI- SSH -Suportes de SO- Windows XP Home / Pro / SP3 de 64 bits +- Windows Vista / 7/8 (Todas as versões) - Mac OS X 10.6, Leão, Leão de montanha - CIFS / SMB para Windows, Mac OS X e Linux - Sistema de Arquivos Distribuídos do Linux (DFS)- AFP para Mac OS X- Servidor FTP / SFTP - Servidor WebDAV- Suporte do Microsoft Active Directory Backups remotos: My Cloud Expert Series para My Cloud Expert Series localmente ou remotamente - Backup de arquivos internos ou pastas do dispositivo para outros arquivos / pastas no NAS ou unidade USB conectada - Clientes WD SmartWare Pro para Windows - Suporte do Apple Time Machine (10.5.8+) - Serviços de backup baseados em nuvem - Amazon S3 - ElephantDrive - Gerenciamento de sincronização de disco para as portas USB conectadas.	unidade	1		
31,0	Telefone sem Fio- com identificador de Chamadas - com bloqueio de chamadas - modo Eco - controle de Volume do auscultador - indicador de carga de bateria - agenda telefônica. Modelo TS 2513, ou similar	unidade	2		
32,0	Telefone Fixo Telefone Display Led Viva-voz 10/100; Suporte a uma conta SIP; Teclas para correio de voz ² , sigilo (mute), viva-voz e atendimento via headset, todas com sinalização por LED; 2 portas Ethernet de 10/100Mbps; Conector exclusivo para utilização de headset RJ9; Consumo aproximado 2,5 W; Fonte Entrada: AC 100 a 240 V; Saída: DC 7 V / 500 mA; Tipo do display 128 x 32, gráfico monocromático; Garantia de qualidade na voz com suporte a QoS; Codecs de áudio G711-A, G711-U, G722, G726 e G729 A/B; Suporte aos	unidade	20		



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

	protocolos de sinalização IP, TCP, UDP, LLDP, ARP, http, https; cliente DHCP, cliente DNS, VLAN 802.1q, NTP (Network Time Protocol), RTP (Real Time Protocol) e RTCP (Real Time Control Protocol), SRTP, SIPS (suporte a segurança de chamada) e 802.1x, permitindo que este seja habilitado ou desabilitado. Histórico 400 entradas (100-orig/100-rec/100-não atend/100-desv) - Protocolo IPv4 e IPv6, tipo Voip Intelbras Tip 125i ou similar				
33,0	Teclado Sem -fio Wireless Preto ABNT 2 (padrao Brasil) Idioma Português Receptor Logitech Unifying, tipo modelo K270 ou (similar)	unidade	20		
34,0	Sensor de Presença Infravermelho sem fio Sensor de Presença Infra vermelho Distância de cobertura 08m (mínimo), é imune a animais Sim- Peso máximo do animal 20 kg - Com Wi-Fi Não - É sem fio Sim - Quantidade de zonas 1 Quantidade máxima de sensores 1, tipo modelo Pet Ipv 4101 Smart ou Similar	unidade	15		
35,0	Sirene com fio 9 a 15 VDC/120 dB Preta, tipo modelo SIR 3000 tipos Corneta ou Similar	unidade	2		
36,0	Switch - 16 Portas Fast Ethernet Poe+ modelo SF 1821 POE - portas RJ45 Capacidade de comutação 7.2 Gbps - homologação anatel 020892000160 - tipo de telecomunicação Store and forward - ou similar	unidade	1		
37,0	Switch - 24 Portas - Gigabit Ethernet- Gerenciável - Modelo SG 2404D Mr L2 - Tipo da telecomunicação: Store and forward. Capacidade de comutação: 1000 Mbps.Inclui: 24 portas RJ-45. ou similar	unidade	4		
38,0	Servidor Torre PowerEdge T150 Intel® Xeon® Modelo E-2324G • 1x 16GB, Hd 4tb 3200MHz • 2x 480GB SSD SATA RI• Sistema Operacional opcional Processador: IntelXeonE-2324G (3.1 GHz, 8M Cache, 4 núcleos/4 threads, Turbo 65W, 3200 MT/s) Configuração térmica do processador: Heatsink for 80W or less CPU Tipo de configuração da memória: Performance otimizada Tipo e velocidade de memória DIMM: 3200MT/s UDIMM Memória: 16GB DDR4 3200MHz (2X8GB, ECC, UDIMM, BCC) RAID: C1, sem RAID em HDDs /SSDs (combinação de tipos de unidades permitida) RAID de Software: S150 Armazenamento: HD de 4TB SATA 6Gbps 7.2K 512n 3.5" Cabled (2x HDD 2tb) Definições das configurações avançadas do sistema e do BIOS: Configuração do BIOS de performance Configurações avançadas do sistema: Modo de boot do BIOS UEFI com partição GPT Cabo de alimentação: 2m NBR 14136 2P + T a C13, 250V,	unidade		1	



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

	10A Gerenciamento de sistemas integrado: iDRAC 9 Básico 15G Placa de rede: On-Board Broadcom 5720 Dual Port 1Gb LOM Sistema operacional: Sem sistema operacional Sistema operacional compatíveis: Canonical Ubuntu Server Lts Vmware Esxi Microsoft Windows Server Com Hyper-V Red Hat Enterprise Linux Suse Linux Enterprise Server Portas: Porta 1 X Idrac Direct (Micro-Ab Usb) 2 X Usb 3.0 Interno 5 X Usb 2.0 1 X Porta Ethernet Do Idrac 1 Porta Serial 1 Vga Slots Pci-E: 1 X 16 De 4 Geração (X 16 Conectores) 1 X 4 De 4 Geração (X 8 Conectores) 1 X 4 De 3 Geração (X 8 Conectores) 1 X 1 De 3 Geração (X 1 Conector) Unidade óptica interna: DVD +/-RW, SATA, Interno Altura: 36,0 cm Largura: 17,5 cm Profundidade: 45,375 cm Peso: 11,4 kg. ou Similar				
39,0	Adaptador USB WI-Fi, Ac 1300 de Banda dupla TP - Link Archer T3u Plus - taxa de transferência de dados 1267 Mb/s - Tecnologia de Modulação: DBPSK, DQPSK, CCK, OFDM, 16-QAM, 64-QAM, 256-QAM - Tipo de Antena: Omni Direcional - Potência de Transmissão: <23dBm (EIRP) - Segurança Wireless: Suporte WEP 64/128 bits, WPA / WPA2, WPA-PSK / WPA2-PSK - Certificação: CE, FCC, RoHS - Requerimentos do Sistema: Win 10/8.1/8/7/XP, OS X 10.9-10.13.	unidade	20		
40,0	HDD DESKTOP IRONWOLF - 8 TB NAS SATA 6 ST8000 VN 004 Modelo: ironwolf pn: ST8000VN004 Marca: seagate Capacidade: 8 tb Velocidade de Leitura: 7200 rpm Interface: sata 6 Gb/s Tamanho: 3,5 Desempenho Máx. de transferência sustentada: 210 Cache: 256 Confiabilidade/integridade de dados Ciclos de carga/descarga: 600000 Máx. de erros de leitura irreversíveis por bits lidos: 1 por 10E15 Horas em Atividade por ano: 8760 Limite de carga de trabalho nominal: 180 tb Gerenciamento de Energia Corrente de inicialização: 1,8 Modo de operação: 30 Ocioso: 23 Ambiente/Temperatura Em operação: 5° a 70° Fora de operação: -40° a 70° Recursos Requisitos Mínimos Sistema compatível com o HD Conteúdo da Embalagem 01 x HD TIPO SEAGATE OU SIMILAR	unidade	02		



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERENCIA
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PROJETOS.

1. DO OBJETO

Objeto do Presente é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, E CORRELATOS DE INFORMÁTICA, REDE LÓGICA, MONITORAMENTO E TELEFONIA, conforme abaixo descritos:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E CORRELATOS	UNI.	QTD.
1,0	Access point Modelo; U6; Enterprise AP; AC 4X4; voltagem 110v/240v tipos de conexões sem fio; Velocidade wireless de 10.17 GBPS; Frequências de 5GHz, 2,4 GHz, 6,0GHZ Tipo de Frequência; Banda Tripla; Normas IEEE 802.3at, IEEE 802.11a/b/g; Protocolos de segurança WPA, WPA2, WPA3; Conexão PoE Antenas Internas 10. Tipo Ubiquiti ou similar.	unidade	4
2,0	Bandeja fixa 4 Pontos 1u X 300mm Altura 4,4cm (44mm), Largura 42cm, (420mm), Para Rack Servidor 19; Bandeja com 4 pontos de fixação dianteiro e traseiro; Bandeja Frontal Fixa P/ Rack Padrão 19". 1U x 300mm de profundidade; Tratamento do aço com Anticorrosivos e desengraxantes biodegradáveis; fabricados em chapa de aço tratado; fornecido com um plano de fixação com furação para porca-gaiola 1U; Pintura em epóxi-pó microtexturizada na cor preta.	unidade	4
3,0	Bateria de 12v 7ah selada para central de Alarme tipo Intelbras ou Similar; bateria tipo Gel ácido; Altura 10", Largura 6,5cm, comprimento 15,1 cm	unidade	2
4,0	Cabo de Rede CAT6; (Cat 6), acondicionado em caixa tipo FASTBOX); Par Trançado UTP; revestido de Pvc; 100% Cobre; Conector RJ 45 blindado entrada; conector RJ 45 blindado com 305.00 metros; largura de banda 250 MHz	Caixa	10
5,0	Câmera IP Tipo; Modelo Intelbras ou Similar; VIP 1230 B G2; Resolução Full Hd 1080p Poe 2mp ir 30; formato Bullet com visão Noturna	unidade	2
6,0	Câmera IP Tipo Modelo Intelbras ou Similar; VIP 1230 D (dome); Lente de 2.8mm; Resolução Full Hd 1080p; Formatos de Compressão de Vídeo (H264, H264b, H.264H, H265, MJPEG; Conectividade LAN; Campo visual 102º formato dome; Metal; (tampa frontal) e plástico (gabinete traseiro); com visão Noturna; FPS 30; Controle; App, PC, Remoto com sensor de Movimento, Distância de alcance de 30metros/ altura 85,5mm/ Senso de Imagem 1/2.7" 2mp sensor CMOS (Sistema operativos Androide, IOS)	unidade	10
7,0	Central de Alarme Tipo Intelbras ou Similar modelo 2118EG 18 Zonas Grps Ethernet Gsm; Com Wifi; Sensores Infravermelho; sem fio; com discador Automático; teclado de led; 03 tipos de comunicação GPRS, Linha telefônica; protocolo Contact Id) Comunicação com App via cloud; reporte de eventos para 2 IPs distintos	unidade	1
8,0	Central Telefonica digital impacta 681 Pabxhibrida Tipo Intelbras ou Similar; tecnologias analógica, digital e IP. tecnologia VoIP (voz sobre internet). Plano de numeração flexível; siga-me externo; Bilhetagem; Conferência; DISA (atendimento automático); Identificação de Chamadas; Interface Ethernet; Interface Modem; Linha executiva; Música de espera; Rota de menor custo; Seleção automática de linhas; Solução para aplicações hoteleiras; Transferência de chamadas para números externos; Função busca pessoa entre os terminais Inteligentes. Máx. Troncos Digitais RDSI e R20 (Canais): 30Máx. Troncos analógicos: 8 Máx de Troncos IPs (SIP): 30 MÁXIMA DE RAMAIS: Máx. Ramais digitais: 8 Máx. Ramais analógicos: 32 Máx. Ramais IP: 30 MODULARIDADE: Troncos analógicos: 2 Troncos IPs: 4 Ramais analógicos: 4 Ramais digitais: 4Placas mistas (RD/RA): 1RD-3RA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Peso (kg): 1,8Potência máx. (W): 40Dimensão (mm): 343,5 X 233 X 111Alimentação AC (Vac): 90 - 240	unidade	1
9,0	Computador tipo Pc - processador Ryzen 5.5600 G Amd (ou Similar) - com 6 núcleos, 12 linhas de execução (threads) e velocidades de até 4,4GHz. - HD 480GB - MEMÓRIA - Tamanho: 32GB - Arquitetura da memória: DDR4- Expansível até: 64GB- INTEGRADO: RADEON VEGA 7- Modelo gráfico: Gráficos Radeon VEGA 7- Frequência gráfica: 1900 MHz- Contagem de núcleos gráficos: 7Placa mãe	unidade	16



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

	<p>modelo A520 - Suporte para processadores Série 3000,4000g e 5000 - Socket: Am4 - Chipset Amd A520 - 1x slot PCI Express 3.0 x16 - 2x slot PCI Express x1. 4x Conectores SATA 6Gb/s - Saídas de vídeo: 1x VGA, 1x HDMI, 1x DVI - 1x conector M.2 Socket 3- Tipos de memória DDR4 - Slots de memória 2 DIMMs DDR4 - 4x USB 3.2 Geração 1 (3 TRASEIRAS)- 2x USB 2.0/1.1 - 3x Áudio (Line In, Line Out, Mic In)- 1x RJ-45 - Rede: Realtek GbE LAN Chip (10/100/1000 Mbit)- 2 Portas PS/2 Teclado e Mouse- Conector Entrada Saída Microfone Nº de núcleos de CPU: 6- Nº de threads: 12 - Clock básico: 3.9GHz - Clock de Max Boost: 4.4GHz - Desbloqueado: Sim- CMOS: TSMC 7nm FinFET - Package: AM4 - Versão PCI Express: PCIe 3.0- Solução térmica: Wraith Spire - TDP / TDP Padrão: 65W - Fonte ATX 500W REAL - 110/220V - BIVOLT - Acompanha cabo de força - Windows 10 Trial- 64 bits, Gabinete Profundidade x Largura x Altura - 35cm x 18cm x 42cm</p>		
10,0	<p>Controle de Acesso facial, Biometria Ss 1540 Mf W Intelbras ou Similar. Frequência 13,56 MHz, Detecção facial com sistema anti-fake, que impossibilita acesso por foto ou vídeo em meio físico ou digital. Alerta e/ou bloqueio por utilização de máscara; Tela LCD sensível ao toque (capacitiva); Indicado a ambientes internos; Capacidade para 3.000 usuários; Capacidade para 5.000 cartões/QR Codes (até 5 por usuário); Capacidade para 3.000 senhas (1 por usuário); Capacidade para 3.000 templates faciais (até 2 por usuário); Capacidade para 5.000 biometrias digitais (até 3 por usuário); Dados de usuários salvos diretamente no controlador de acesso; Conexão via Wi-Fi ou Ethernet; Precisão de verificação de face > 99,5%. Baixo índice de falsa rejeição. Tempo de reconhecimento facial: 0,2 s.</p>	unidade	1
11,0	<p>Fonte modelo Poe-24-7w-g-wh-br 0.3 Amperes 02 Portas - saída potência 7w - velocidade de conexão máxima - 1000Mbps - Altura 5cm x10cm x 5cm -Ubiquiti ou Similar</p>	unidade	4
12,0	<p>Gravador de vídeo NVR 16 Canais Intelbras ou Similar Modelo NVD 3316P - Resolução Full HD- Conectores de Saída BNC - Sem o HD SSD. Ou Similar</p>	unidade	1
13,0	<p>Mouse s/ Fio wireless recarregvel Rgb 2.4g; resolução do sensor 1200 dpi; sensor óptico; Velocidade máxima 1600 ips. Qtd. de botões 4; Alcance máximo 10 m É ergonômica Sim</p>	unidade	20
14,0	<p>Monitor 29" UltraWide -Tela de Led - Anti-reflexo, resolução de 2560px-1080px, Proporção da tela de 21:9 Painel IPS, brilho de 300cd/m2. conexão 2 HDMI 2.0. Alto - falantes Incluídos - Reclinável - Ful HD - taxa de atualização 75Hz, Tipo de Resolução WFHD, Tela LED- Quantidade de Cores 16.7 milhões - Tempo de resposta 5ms, ângulo de visão horizontal e vertical 178° - Tecnologias de sincronização - Dynamic Action Sync, FreeSync, Adaptive-Sync, Eficiência energética - A - dimensões Altura com suporte 410.9 mm Comprimento com suporte 209.4 mm Largura com suporte 698.1 mm Peso com suporte 5.2 kg Altura sem suporte 317.5 mm Comprimento sem suporte 76.9 mm Largura sem suporte 698.1 mm Peso sem suporte 4.7 kg ou Similar</p>	unidade	17
15,0	<p>Monitor 21.5" com bordas ultrafinas -221v8 Tela de Lcd - Anti-reflexo, resolução de 1920px-1080px, Proporção da tela de 16:9 Painel VA, brilho de 200cd/m2. conexão HDMI - Reclinável - Ful HD- taxa de atualização 75Hz, Tipo de Resolução WFHD, Tela LCD- Quantidade de Cores 16.7 milhões - Tempo de resposta 5ms, ângulo de visão horizontal e vertical 178° - Tecnologias de sincronização Adaptive - Sync, Eficiência energética A - dimensões Altura com suporte 37.6 cm Comprimento com suporte 22 cm Largura com suporte 49.2 cm Peso com suporte 2.6 kg Altura sem suporte 29.5 cm Comprimento sem suporte 4.5 cm Largura sem suporte 49.2 cm Peso sem suporte 2.21 kg ou Similar</p>	unidade	15
16,0	<p>Nobreak 1200 va bivolt 120v UPS Interactiva; Altura 220mm; Largura 130mm; Peso 10,4 kg, Intelbras Attiv ou similar</p>	unidade	20
17,0	<p>Roteador -1G-12s+2XS - Hardware 16 Portas - voltagem - 100v - 240v, dimensões Altura x Largura x Profundidade 44 mm x 443 mm x 224 mm, Tipo Mikrotik - Modelo CCR 2004 ou similar</p>	unidade	1
18,0	<p>Patch Panel plus cable 24 Portas Cat6 T568a/b Rj45 Rack 1U Rede Lan Utp Certifica, tipo Giga ou Similar</p>	unidade	4
19,0	<p>Porca Gaiola com garra m5 temperada c/ Parafuso panela m5x15mm niquelado para Bandeja Rack Kit c/50 peças ou Similar</p>	pacote	1
20,0	<p>Rack Servidor Piso Padrão 19 24u X 570mm - Acrílico padrão 19 polegadas e 24U - Modelo 4369 ou similar.</p>	unidade	1
21,0	<p>RJ 45 pacote com 100 unidades Cat6 (macho)</p>	pacote	1



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
MOVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

22,0	Kit 10 peças frente falsa 1Ux19P/ racks de rede – tampa cega; Altura x Largura 4.45 cm x 482 mm(mínimo)	pacote	1
23,0	Tomada Rj 45 Cat6 (Fêmea)	unidade	50
24,0	Kit fechadura - magnética eletroimã 150kgf - tipo intelbras ou Similar - 1 receptor universal XAR 3060 - 1 fonte de alimentação ininterrupta Fa 1220S Automatiza - 02 Controle remoto XAC 4000 smart control - 01 Acionador de Saída Inox sobrepor Bt 3000 In. 01 Fechadura Elétrica cilindro fixo Fx 2000 - Frequência de operação 433,92 Mhz com ressonador SAW - Bateria de lítio de longa duração, tipo modelo Fe 20150 + Fx 2000 ou similar	Kit	1
25,0	Roteador Wireles - C6.velocidade 867Mbps - Frequências 2.4 GHz, 5 GHz-Normas IEEE IEEE 802.11ac/n/a, IEEE 802.11b/g/n - Redes móveis Controle de acesso, Firewall SPI, Gateway de camada de aplicativo, Ligação IP e MAC, Wi-Fi dual-band AC1300 – 867 Mbps em 5 GHz e 400 Mbps em 2.4 G - Funções Access point, Roteador, WDS Bridge, WMM - Com firewall integrado - Protocolos de segurança DMZ, SPI, WEP, WPA, WPA2 - Quantidade de portas WAN/LAN 5.- (tipo -modelo AC1300 Archer Tp-link ou Similar)	unidade	2
26,0	Smart TV 65" UHD Cristal 4K Tipo modelo (65CU7700) - Wi-Fi Bluetooth Alexa 3 HDMI - Modelo UN65CU7700GXZD - UHD 4K - Tipo Pannel VA - Tecnologia Pur Color - Espelhamento da TV para Mobile, Espelhamento do Smartphone para TV, DLNA, Comunicação por Vídeo: Google Meet, Tap View, Configuração facilitada, Casting de app, Bluetooth Low Energy, Wi-Fi Direct, Som da TV para smartphone, Espelhamento de Áudio, Compatível com suporte Stand modelo VG-SESA11K/ZX, Compatível com Suporte de Parede Padrão VESA, Compatível com Webcam (consultar modelos compatíveis) - Frequência 60Hz - Sistema Operacional Tizen - Conectividade -Wi-Fi, Bluetooth, Anynet+ (HDMI-CEC), Transmissão digital: ISDB-T, Sintonizador analógico: Sim (Trinorma), Data Broadcasting: GINGA - Processador Crystal 4K - Assistente virtual Alexa Integrado - Bixby em: Inglês americano, Inglês britânico, Inglês indiano, Coreano, Francês, Alemão, Italiano, Espanhol, Português do Brasil. Características variam de acordo com região - Resolução de Tela 3.840 x 2.160 formato 16:09 - Recurso de Imagem - HDR (High Dynamic Range): HDR, HDR 10+, Contraste: Mega Contraste, HLG (Hybrid Log Gamma), Tecnologia de painel: Pur Color: Pur Color, Micro Dimming: Esmaecimento UHD, Realce de contraste, Tecnologia Motion: Motion Xcelerator, Modo Filme, Modo Filmmaker, Tipo de borda: 3 bordas infinitas - Aplicativos Netflix, Prime, Video, Youtube, Globoplay, Telecine, Disney+ (Os aplicativos são passíveis de alteração pelo fornecedor sem aviso prévio) Dimensões Altura: 96cm, Largura: 161cm, Profundidade: 18cm. Ou similar	unidade	2
27,0	Smart TV Crystal 43" 4K UHD CU7700 - Alexa built in, Gaming Hub - modeloUN43CU7700GXZD Ano 2023 Número da peçaUN43CU7700GXZD Tipo Do Produto Eletrônicos Sistema operacional Tizen Interface do hardware Bluetooth, USB, HDMI Resolução 4K Características especiais Plana; Peças para montagem Cabo, manuais, controle Número de unidades Tecnologia da tela Crystal Tamanho da tela 43 Polegadas Tela ou mostrador Crystal Proporção da tela 16:9 Resolução 3840 x 2160 Pixels; Potência de saída em Watts 20 Watts Voltagem 110 Volts, 220 Volts Etiqueta Nacional de Eficiência Energética (ENCE). A Potência em watts 130 watts. Tipo de fonte de energia Energia elétrica funciona com baterias. Não Frequência 60 Hz Taxa de atualização 60 Hz Total de entradas USB1 Tecnologia de conexão Bluetooth, Wi-fi, Ethernet, HDMI Inclui controle remoto Sim Bluetooth Sim Cor Preto Cor correspondente Preto Conexões Wi-fi Wi-fi Garantia do fabricante 1 ano com o fabricante Peso do produto 10,2 Kilograms Número do modelo UN43CU7700GXZD EAN 7892509126656 Dimensões do produto 19,25 x 108,1 x 67 cm; 10,2 Quilogramas - (ou similar)	unidade	1
28,0	Smart TV 85" QLED 4K modelo Q70C 2023, - Modo Game, Som em Movimento, Tela sem limites, Design slim 85" Tecnologia de Pontos Quânticos: 100% volume de cor, com certificação PANTONE Até 120Hz de Taxa de Atualização com o Motion Xcelerator Turbo+ Processador Quantum 4K: Samsung Gaming Hub: O seu videogame dentro da sua TV Smart Hub Tizen Samsung: Seus filmes, programas e jogos em um só lugar Design Air Slim com base ajustável: Processador IA, Som em Movimento Virtual, imagens em 4K/120Hz no HDMI - 2.1 3,840 x 2,160 Resolução - Função Multitela na sua TV 4K - Experiência de Som Imersiva SOM EM MOVIMENTO VIRTUAL E SINCRONIA SONORA7 - visualização do seu game com opções de formato de tela de 21:9 ou 32:9, além de um menu intuitivo para você consultar o input lag, FPS, HDR - FreeSync Premium Pro JOGUE LISO, SEM ESFORÇO - Smart Hub Tizen Samsung	unidade	1



DE

CÁPI
MUNICIPAL DE
GUAPORÉ

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

	SEUS FILMES, PROGRAMAS E JOGOS EM UM SÓ LUGAR.- jogos nas plataformas Xbox Game Pass e Nvidia GeForce Now, transmissão de lives via Twitch. - Até 120Hz de Taxa de Atualização com o Motion Xcelerator Turbo+ ULTRAPERFORMANCE com imagens em 4K/120Hz no HDMI 2.1- ou similar		
29,0	Sistema Operacional - Windows 11 PROFESSIONAL Original 64 Bit (1 Licença Windows 11 Profissional Vitalício - válida para 01 PC (computador) (na forma para BAIXAR)	unidade	15
30,0	Servidor NAS WD My Cloud Expert Ex2 Ultra 20 TB - Dual - Core 1.3 GHz - 1 GB Ram - Gigabit - com 02 Hds Nas de 10TB. (Gigabit Ethernet, - Fonte de alimentação (entrada DC) x 1, - Porta de expansão USB 3.0 x 2 traseira, CPU - Marvell ARMADA 385 1.3 GHz dual-core, - 2 x 3,5 polegadas baías de disco rígido, hot swap capaz, sem bandeja de design - Cliente DHCP ou IP Estático - Cliente NTP - Dynamic DNS (DDNS)- Apple Bonjour e Windows Rall- Suporte de quadro Jumbo até 9K- VLAN (802.1Q)- Agregação de link e failover para 2 portas Gigabit Ethernet- Encaminhamento de porta UPnP- Protocolo de Descoberta de Topologia de Camada de Link LLTD- ISCSI- SSH - Suportes de SO- Windows XP Home / Pro / SP3 de 64 bits +- Windows Vista / 7/8 (Todas as versões) - Mac OS X 10.6, Leão, Leão de montanha - CIFS / SMB para Windows, Mac OS X e Linux - Sistema de Arquivos Distribuídos do Linux (DFS)- AFP para Mac OS X- Servidor FTP / SFTP - Servidor WebDAV- Suporte do Microsoft Active Directory Backups remotos: My Cloud Expert Series para My Cloud Expert Series localmente ou remotamente - Backup de arquivos internos ou pastas do dispositivo para outros arquivos / pastas no NAS ou unidade USB conectada - Clientes WD SmartWare Pro para Windows - Suporte do Apple Time Machine (10.5.8+) - Serviços de backup baseados em nuvem - Amazon S3 - ElephantDrive - Gerenciamento de sincronização de disco para as portas USB conectadas.	unidade	1
31,0	Telefone sem Fio- com identificador de Chamadas - com bloqueio de chamadas - modo Eco - controle de Volume do auscultador - indicador de carga de bateria - agenda telefônica. Modelo TS 2513, ou similar	unidade	2
32,0	Telefone Fixo Telefone Display Led Viva-voz 10/100; Suporte a uma conta SIP; Teclas para correio de voz ² , sigilo (mute), viva-voz e atendimento via headset, todas com sinalização por LED; 2 portas Ethernet de 10/100Mbps; Conector exclusivo para utilização de headset RJ9; Consumo aproximado 2,5 W; Fonte Entrada: AC 100 a 240 V; Saída: DC 7 V / 500 mA; Tipo do display 128 x 32, gráfico monocromático; Garantia de qualidade na voz com suporte a QoS; Codecs de áudio G711-A, G711-U, G722, G726 e G729 A/B; Suporte aos protocolos de sinalização IP, TCP, UDP, LLDP, ARP, http, https; cliente DHCP, cliente DNS, VLAN 802.1q, NTP (Network Time Protocol), RTP (Real Time Protocol) e RTCP (Real Time Control Protocol), SRTP, SIPS (suporte a segurança de chamada) e 802.1x, permitindo que este seja habilitado ou desabilitado. Histórico 400 entradas (100-orig/100-rec/100-não atend/100-desv) - Protocolo IPv4 e IPv6, tipo Voip Intelbras Tip 125i ou similar	unidade	20
33,0	Teclado Sem-fio Wireless Preto ABNT 2 (padrao Brasil) Idioma Português Receptor Logitech Unifying, tipo modelo K270 ou (similar)	unidade	20
34,0	Sensor de Presença Infravermelho sem fio Sensor de Presença Infra vermelho Distância de cobertura 08m (mínimo), é imune a animais Sim- Peso máximo do animal 20 kg - Com Wi-Fi Não - É sem fio Sim - Quantidade de zonas 1 Quantidade máxima de sensores 1, tipo modelo Pet lvp 4101 Smart ou Similar	unidade	15
35,0	Sirene com fio 9 a 15 VDC/120 dB Preta, tipo modelo SIR 3000 tipos Corneta ou Similar	unidade	2
36,0	Switch - 16 Portas Fast Ethernet Poe+ modelo SF 1821 POE - portas RJ45 Capacidade de comutação 7.2 Gbps - homologação anatel 020892000160 - tipo de telecomunicação Store and forward - ou similar	unidade	1
37,0	Switch - 24 Portas - Gigabit Ethernet- Gerenciável - Modelo SG 2404D Mr L2 - Tipo da telecomunicação: Store and forward. Capacidade de comutação: 1000 Mbps.Inclui: 24 portas RJ-45. ou similar	unidade	4
38,0	Servidor Torre PowerEdge T150 Intel® Xeon® Modelo E-2324G • 1x 16GB, Hd 4tb 3200MHz • 2x 480GB SSD SATA RI• Sistema Operacional opcional Processador: IntelXeonE-2324G (3.1 GHz, 8M Cache, 4 núcleos/4 threads, Turbo 65W, 3200 MT/s) Configuração térmica do processador: Heatsink for 80W or less CPU Tipo de configuração da memória: Performance otimizada Tipo e velocidade de memória DIMM:3200MT/s UDIMM Memória: 16GB DDR4 3200MHz (2X8GB, ECC, UDIMM, BCC) RAID:C1, sem RAID em HDDs /SSDs (combinação de tipos de unidades permitida)RAID de Software: S150 Armazenamento: HD de 4TB SATA 6Gbps 7.2K 512n 3.5" Cabled (2x HDD 2tb) Definições das configurações avançadas do sistema e	unidade	1



	do BIOS: Configuração do BIOS de performance Configurações avançadas do sistema: Modo de boot do BIOS UEFI com partição GPT Cabo de alimentação: 2m NBR 14136 2P + T a C13, 250V, 10A Gerenciamento de sistemas integrado: iDRAC 9 Básico 15G Placa de rede: On-Board Broadcom 5720 Dual Port 1Gb LOM Sistema operacional: Sem sistema operacional Sistema operacional compatíveis: Canonical Ubuntu Server Lts Vmware Esxi Microsoft Windows Server Com Hyper-V Red Hat Enterprise Linux Suse Linux Enterprise Server Portas: Porta 1 X Idrac Direct (Micro-Ab Usb) 2 X Usb 3.0 Interno 5 X Usb 2.0 1 X Porta Ethernet Do Idrac 1 Porta Serial 1 Vga Slots Pci-E: 1 X 16 De 4 Geração (X 16 Conectores) 1 X 4 De 4 Geração (X 8 Conectores) 1 X 4 De 3 Geração (X 8 Conectores) 1 X 1 De 3 Geração (X 1 Conector) Unidade óptica interna: DVD +/-RW, SATA, Interno Altura: 36,0 cm Largura: 17,5 cm Profundidade: 45,375 cm Peso: 11,4 kg. ou Similar		
39,0	Adaptador USB Wi-Fi, Ac 1300 de Banda dupla TP - Link Archer T3u Plus - taxa de transferência de dados 1267 Mb/s - Tecnologia de Modulação: DBPSK, DQPSK, CCK, OFDM, 16-QAM, 64-QAM, 256-QAM - Tipo de Antena: Omni Direcional - Potência de Transmissão: <23dBm (EIRP) - Segurança Wireless: Suporte WEP 64/128 bits, WPA / WPA2, WPA-PSK / WPA2-PSK - Certificação: CE, FCC, RoHS - Requerimentos do Sistema: Win 10/8.1/8/7/XP, OS X 10.9-10.13.	unidade	20
40,0	HDD DESKTOP IRONWOLF - 8 TB NAS SATA 6 ST8000 VN 004 Modelo: ironwolf pn: ST8000VN004 Marca: seagate Capacidade: 8 tb Velocidade de Leitura: 7200 rpm Interface: sata 6 Gb/s Tamanho: 3,5 Desempenho Máx. de transferência sustentada: 210 Cache: 256 Confiabilidade/integridade de dados Ciclos de carga/descarga: 600000 Máx. de erros de leitura irrecuperáveis por bits lidos: 1 por 10E15 Horas em Atividade por ano: 8760 Limite de carga de trabalho nominal: 180 tb Gerenciamento de Energia Corrente de inicialização: 1,8 Modo de operação: 30 Ocioso: 23 Ambiente/Temperatura Em operação: 5° a 70° Fora de operação: -40° a 70° Recursos Requisitos Mínimos Sistema compatível com o HD Conteúdo da Embalagem 01 x HD TIPO SEAGATE OU SIMILAR	unidade	02

2. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO COMO COMUM

2.1 Trata-se de bem comum, enquadrando-se nos pressupostos dos artigos 63 ao 66 da Lei Federal nº 13.30/2016, eis que seus padrões de desempenho e qualidade permitem a sua definição objetiva, por meio de especificações praticadas no mercado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. JUSTIFICATIVA

4.1. A Justificativa e objetivo da contratação se encontra pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. FORMA DE FONECIMENTO / REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Caberá a Contratada entregar os bens relacionados no item "1" deste Termo, em condições e prazos estabelecidos neste documento;

5.1.1. Cabrá a Contratada, a entrega dos itens em 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da assinatura da ata ou contrato;

5.2. Caberá a Contratada reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



- 5.3. Entregar o material dentro das especificações estabelecidas, originais e invioláveis, responsabilizando-se pela troca, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, dos itens que, porventura, estejam fora das especificações e/ou do prazo de validade ou com embalagem danificada, independentemente do motivo alegado, e às suas expensas;
- 5.4. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 5.5. Entrega de bens condizentes com as normas e padrões estabelecidos pela ABNT, quando couber;
- 5.6. Caberá a Contratada, a disponibilização de garantia compatível com o Código de Defesa do Consumidor, assegurando a garantia estabelecida pelo fabricante;
- 5.7. Caberá a Contratada, a disponibilização de todos os documentos (informes de garantia, manuais, etc.) pertinentes aos produtos ofertados;
- 5.8. Caberá a Contratada, fornecer produtos de boa qualidade, equivalentes ao solicitado na presente contratação, devidamente acompanhados de todo e qualquer acessório essencial ao seu funcionamento (por exemplo: cabos de energia, cabos de transmissão de dados e outros);
- 5.9. Caberá a Contratada, entregar juntamente aos itens, seus respectivos: manual de usuário, licenças e permissões de uso (quando couber) e documento de garantia legal do fabricante;
- 5.10. Caberá a contratada, fornecer itens de boa qualidade, com selo do INMETRO (quando couber), e de marcas com boa procedência no mercado, que disponham de assistência técnica em território nacional, e canais de atendimento ao consumidor;
- 5.11. Somente serão aceitos, itens das marcas ofertadas nas respectivas propostas, apresentadas em Licitação, devendo a alteração da marca ofertada, ser condicionada a aprovação da Contratante;
- 5.12. A Contratante, deverá analisar, no ato do recebimento das propostas, bem como, no ato do recebimento dos itens, a compatibilidade entre os itens solicitados e os ofertados pela licitante;
- 5.13. Para fins de redução dos impactos ambientais, provenientes desta contratação, caberá a Contratada, o fornecimento de itens que utilizem materiais recicláveis, quando possível;
- 5.14. Todos os equipamentos ofertados (gabinete, monitor, teclado e mouse) devem possuir gradações neutras e manter o mesmo padrão de cor;
- 5.15. Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos enviados para avaliação e/ou homologação. Caso o componente não mais se encontre disponível no mercado, admitem-se substitutos com qualidade e características idênticas ou superiores, mediante nova homologação;
- 5.16. Todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos deverão ser fornecidos, com comprimento de 1,5m (um metro de cinquenta centímetros). Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136;
- 5.17. Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante (informar URL para comprovação), que permita verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série;



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

5.18. A contratante poderá abrir o equipamento e substituir componentes internos, como memória, disco rígido, processador, etc, sem perda da garantia;

5.19. Todos os componentes dos equipamentos devem ser do próprio fabricante ou estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar perda parcial da garantia ou não realização da manutenção técnica pelo próprio fabricante quando solicitada;

5.20. Apresentação obrigatória de publicações oficiais que venham a comprovar efetivamente o conjunto de especificações exigidas, sob pena de desclassificação na falta destas.

GARANTIA ON SITE:

5.21. A solução para Computadores Desktop proposta (gabinete, monitor e demais componentes) deverá possuir garantia do Fabricante de 12 (Doze) meses para reposição de peças, mão de obra e atendimento no local, contada a partir do recebimento definitivo do equipamento, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

Requisito de Qualificação Técnica:

5.22. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, comprovação essa que será atendida por atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. Caso referidos atestados não detalhem e quantifiquem o fornecimento, aceitar-se-á, complementarmente aos documentos, cópia da (s) respectiva (s) Nota (s) fiscal (ais).

6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

6.1 A proposta, que compreende a descrição do bem/serviço ofertado pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

6.2 O Presidente da comissão de licitação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

6.3 O Presidente da comissão de licitação poderá negociar com os licitantes a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento.

6.4 Não serão aceitas propostas com valores incompatíveis com os estimados para aquisição ou contratação, analisando-se como limite máximo tanto o preço global quanto os preços unitários.

7. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

7.1 O prazo de validade das propostas não será inferior a 60 dias, a contar da data da sua apresentação.

8. MODALIDADE LICITATÓRIA

8.1. Em conformidade ao art. 32, IV da Lei nº 13.303/2016, a Licitação será realizada na modalidade flexível, por Sistema de Registro de Preços, com rito próprio da lei, com critério de julgamento das propostas por menor valor por item.

8.2. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, para formalização da contratação.



9. PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DA ATA/CONTRATO

9.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano a contar da data de sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 31 da Lei 13.303/16.

10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

10.1 O critério de julgamento será pelo menor preço por item.

11. FORMA DE ENTREGA E CRITÉRIO DE RECEBIMENTO

11.1 O prazo de entrega dos bens, é de 05 (CINCO) dias, contados do(a) emissão da Autorização de fornecimento, em remessa parcelada na Rua Antônio Dias Guerra, 46, Paiol, Guapimirim, RJ, CEP 25.945-877, no Almoxarifado Central, de segunda-feira à sexta-feira das 08h às 17h;

11.2 O recebimento provisório do objeto será declarado pela Secretaria requisitante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da data de entrega do objeto e nos termos dos artigos. 40–167, inciso IX, da Lei Federal nº 13.303/16.

11.3 O recebimento definitivo do objeto, será declarado pelo fiscal no prazo máximo de 10 (Dez) dias corridos e nos termos dos artigos. 40-167, inciso IX, da Lei 13.303/16.

11.4 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

11.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

11.6 Se, após o recebimento, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a Fiscalização notificará por escrito a Contratada, ficando suspenso o pagamento até que seja sanada a irregularidade.

11.7 Correrão por conta do CONTRATADO, até a entrega do objeto, todas as despesas referentes a entrega do objeto, como, por exemplo, frete, tributo etc.

12. ATENDIMENTO E SUPORTE TÉCNICO

12.1 O fornecedor deverá disponibilizar central de atendimento para abertura de chamados técnico, que deverá ser via e-mail, telefone ou sistema com acesso web.

12.2 O fornecedor deverá manter central de atendimento para abertura de chamados pelo menos no horário de 8 (oito) às 17 (dezessete) horas, de segunda a sexta-feira.

12.3 Na abertura do chamado, o fornecedor deverá registrar e informar o número de protocolo para acompanhamento de cada equipamento.

12.4 O atendimento aos chamados técnicos, durante o período de garantia, deverá ser providenciado pelo fornecedor no máximo no dia útil seguinte à abertura do chamado.

12.5 Os chamados deverão ser resolvidos em até 3 (três) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à abertura do chamado.

12.6 As atividades de prestação de serviços de garantia aos equipamentos deverão ocorrer em dias úteis, no período de 8 (oito) às 17 (dezessete) horas.



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

13. GARANTIA

13.1 Garantia total (peças, acessórios, serviços e transporte) por 90 dias, em atenção ao art. 26, II do CDC, contados a partir do dia útil subsequente à data do recebimento COMDEGUAPI S/A, com atendimento On-site do fabricante, no local especificado pela COMDEGUAPI S/A.

13.1.1 Sede a Empresa COMDEGUAPI na Rua Rua Antônio Dias Guerra, 46, Paiol, Guapimirim, RJ, CEP 25.945-877 - Guapimirim/RJ;

13.2 Durante o prazo de garantia, será substituída, sem ônus para a EMPRESA COMDEGUAPI S/A, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos.

13.3 O fornecedor terá até 02 (Dois) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, para informar endereço de e-mail ou endereço de site na internet da central de atendimento para abertura de chamados.

13.4 O fornecedor poderá realizar os serviços de garantia através de rede de assistência técnica credenciada.

14. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

14.1 Compete à Contratada as seguintes responsabilidades:

14.1.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo com exclusividade seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

14.1.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, quando aplicável.

14.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

14.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

14.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.1.5 Manter durante toda a vigência da ata/contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução da ata/contrato;

14.1.7 Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, Fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de

impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições fiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público;

14.1.8 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata/Contrato, não excluindo ou reduzindo essa



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

responsabilidade a Fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, ficando a obrigada a promover a devida restauração e/ou ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade;

14.1.9 Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela Fiscalização da Contratada;

14.1.10 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.2 Compete à Contratante as seguintes responsabilidades:

14.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

14.2.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

14.2.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

14.2.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

14.2.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

14.2.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

14.2.7 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.2.8 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

15. EXIGÊNCIAS E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA

15.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

15.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

15.3 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

15.3.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

15.3.2 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo

do serviço, observando o máximo de 50%, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de



capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.15.3.3 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 As sanções dispostas poderão ser aplicadas às empresas licitantes e à CONTRATADA, conforme o caso, em conformidade com os Arts. 82 e 83 da Lei Federal nº 13.303/2016 e ulteriores alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.2 Os licitantes ou a CONTRATADA será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à empresa pública, ao funcionamento dos serviços ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

16.3 Serão aplicadas, conforme o caso, ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.4 Na aplicação das sanções serão considerados:



I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a empresa Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.5 A sanção de Advertência será aplicada exclusivamente quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.6 As Multas, não poderão ser inferiores a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 16.2.

16.6.1 Sem prejuízo das demais infrações administrativas previstas no item 15.2, a não observância das cláusulas contratuais sujeitará, cumulativamente, a CONTRATADA às seguintes multas:

16.6.1.1 - 5% (cinco por cento) do valor do contrato reajustado, por desatendimento de qualquer cláusula contratual.

16.6.1.2 - 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor total do contrato reajustado, por dia de atraso na entrega ou na execução do objeto.

16.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 16.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da empresa Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 15.2, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.7, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.9 A aplicação das Sanções somente ocorrerá depois de assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termos da legislação vigente.

16.10 Até a decisão final transitada em julgado, nenhum numerário apurado referente à sanção será retida, sendo que após, o montante da multa poderá, ser compensado dos valores de pagamento devido ao fornecedor.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1 O valor total estimado para a presente modalidade é (sigiloso) e fora apurado através de levantamento prévio.

17.1.1 No momento da cotação, o valor será sigiloso para fins de assegurar que tenhamos preços fidedignos à realidade do mercado, assegurando a vantajosidade da contratação.

18. GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

18.1 A Gestão do Contrato decorrente deste Termo de Referência caberá a servidor designado formalmente pela Diretoria solicitante, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos. Ficando o titular da referida Unidade como corresponsável.

18.1.1 A fiscalização da contratação caberá aos servidores xxxx, matrícula xxx e xxx, matrícula xxxx, sendo substituídos, em caso de ausência ou impedimento, por outro servidor lotado na Diretoria.

18.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 40 da Lei nº 13.303/2016 Art 162 e 169 do Regulamento de Licitações.

18.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, em conformidade art. 40 da Lei nº 13.303/2016 Artigos 162 e 169 do Regulamento de Licitações.

18.4 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, em conformidade art. 40 da Lei nº 13.303/2016 Artigos 162 e 169 do Regulamento de Licitações.

18.5 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, em conformidade com o art. 40 da Lei nº 13.303/2016 Artigos 162, 169 e 175, do Regulamento de Licitações.

19. FORMA DE PAGAMENTO

19.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

19.1.1 A Nota Fiscal deverá ser apresentada no Protocolo, localizada no Edifício Sede da COMDEGUAPI S/A Rua Antônio Dias Guerra nº 46, 1º andar, Paiol - Guapimirim/RJ, no horário entre 9:00h e 16:00h.

19.1.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

19.1.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e demais condições de habilitação.

19.1.4 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.1.5 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas

legais cabíveis nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.1.6 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.



19.1.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando cabível.

19.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de

mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas.

20. DO REAJUSTE

20.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

20.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

22. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

22.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Red.	Fonte de Recurso
02.42.00.04.126.0073.2.222	44.90.52.00	(870)	1.749.00 / 2.749.00 / 2.501,00
02.42.00.04.126.0073.1.172	33.90.30.00	(869)	1.749.00 / 2.501.00 / 1.501,00



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

02.42.00.04.122.0073.1.172	44.90.52.00	(868)	1.749.00 / 2.749.00/ 2.501,00
02.42.00.04.122.0073.2.222	33.90.30.00	(861)	1.749.00 / 2.749.00

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 O presente Termo de Referência foi concebido com base na Lei Federal nº 13.303/2016, Decreto nº 1301 de 03 de setembro de 2018, e Decreto nº 1949, de 22 de outubro de 2021 e demais legislações pertinentes e nas premissas recomendadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro-

TCE-RJ, além da literatura técnica disponível sobre o tema;

24.2 O Termo de Referência ora apresentado é parte integrante da documentação de processo licitatório que tem por Contratante a empresa pública COMDEGUAPI S/A. com ao fornecimento por parte de empresa Contratada, devidamente qualificada e que apresente o melhor preço e qualificação para fornecimento do objeto.

24.3 A participação de empresas em regime de Consórcio é vedada, por não constituir a prática do mercado em contratações pertinentes ao objeto do presente Termo de Referência, como também, considerando a baixa complexidade técnica da contratação.

24.4 A proposta, que compreende a descrição do objeto ofertado pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

23.5 Descrição do objeto observadas as mesmas especificações constantes do Termo de Referência, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e total.

Aprovo o presente Termo de Referência, que constitui peça integrante e inseparável da respectiva contratação.

Aprovo o presente Termo de Referência, que constitui peça integrante e inseparável da respectiva contratação, conforme disposto no Artigo 43, § 1º da Lei 13.303/2016.

Guapimirim, RJ, 02 de fevereiro de 2024.

Paulo Roberto Lugão da Silva
Diretor Presidente da Comdeguapi
Matrícula: 2.301-01



ANEXO III

(Papel timbrado ou carimbo da empresa)

DECLARAÇÃO

A.....(*Razão Social da empresa*)....., CNPJ, com endereço à....., declara, em atendimento ao previsto no Edital Modalidade Própria da **Lei Federal nº 13.303/2016 Presencial SRP nº _____/20__**, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, se for o caso, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição República Federativa do Brasil.

Local e data,

(Assinatura e identificação dos responsáveis pela empresa)

OBS: Esta declaração deverá ser colocada dentro do envelope Habilitação, junto com os demais documentos.



ANEXO IV

(Papel timbrado ou carimbo da empresa)

CARTA DE CREDENCIAMENTO (MODELO)

A.....(*Razão Social da empresa*), CNPJ, com endereço à....., através do seu (proprietário, sócio proprietário, presidente, gerente, diretor), Sr(a).....,(nacionalidade)....., (estado civil)....., portador do RG n, CPF n., residente à, **CONSTITUI** como seu representante no certame licitatório – modalidade própria da **Lei Federal nº 13.303/2016 – Presencial SRP nº ____/20__** a ser realizado pela COMDEGUAPI S/A, o Sr.(a), (nacionalidade), (estado civil), portador do RG n, CPF n., residente à, que poderá formular ofertas e lances de preço e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada, inclusive renúncia ao direito de interpor e desistir de recursos.

Local e data,

(Assinatura e identificação dos responsáveis pela empresa)

OBS: O credenciamento deverá ser apresentado junto com a documentação de credenciamento, fora dos envelopes, apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinado pelo representante legal da empresa.



ANEXO V

(Papel timbrado ou carimbo da empresa)

DECLARAÇÃO

A.....(*Razão Social da empresa*), CNPJ, com endereço à....., declara, em conformidade com o art. 58 e 69, IX, da Lei n. 13303/16 C/C art. 85 ao 90 do RILC da COMDEGUAPI/SA, que não existem fatos supervenientes ao seu cadastramento, que sejam impeditivos de sua habilitação para este certame licitatório na COMDEGUAPI S/A.

Local e data,

(Assinatura e identificação dos responsáveis pela empresa)

OBS: Esta declaração deverá ser apresentada junto com a documentação de credenciamento, fora dos envelopes. A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinado pelo representante legal da empresa



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE QUE O(A) PROPONENTE

CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À COMDEGUAPI S/A.

REF.: LICITAÇÃO PELA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016 – PRESENCIAL SRP Nº ____/20__.

Sr. Presidente da comissão de licitação,

Pela presente, **DECLARO(AMOS)** que, nos termos do art. 58º, da Lei nº 13303/2016, C/C art. 85 ao 90 do RILC da COMDEGUAPI S/A, a empresa, cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o **LICITAÇÃO MODALIDADE PRÓPRIA PELA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016 – PRESENCIAL SRP Nº. XXX/2024**, cujo objeto é _____.

....., de de 20__.

.....
(Assinatura do Representante Legal)

OBS: Esta declaração deverá ser apresentada junto com a documentação de credenciamento, fora dos envelopes. A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinado pelos(as) representantes legais da empresa.



ANEXO VII

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**Ref.: LICITAÇÃO MODALIDADE PRÓPRIA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016 –
PRESENCIAL SRP Nº ____/20__.**

Empresa:
..., inscrita no CNPJ no, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF no, **DECLARA**, para fins do disposto no item 10 – Condições para Participação do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada: ´

() **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme Lei Complementar Federal nº 128, de 14/12/2006;**

() **MICROEMPRESA, conforme Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, e suas alterações;**

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, e suas alterações;**

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data,

.....
(assinatura de sócio da firma)

OBS. Assinalar com um “X” a condição da empresa.

Este formulário deverá ser entregue ao Presidente da comissão de licitação ou sua Equipe de Apoio juntamente com os envelopes nº 1 e nº 2, porém fora dos envelopes, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Federal Complementar nº 123/2006.

OBS: Esta declaração deverá ser apresentada junto com a documentação de credenciamento, fora dos envelopes.



ANEXO VIII
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____/____

Processo Administrativo nºxxxxxxxx

LICITÃO PRESENCIAL N.ºxxxxxxxxxxxxxx

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, QUE FIRMAM A COMPANHIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM, E O(S) FORNECEDOR(ES) ABAIXO INDICADO(S).

A COMPANHIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, com sede situada na XXXXXXXXXXXX, ora designado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, representado neste ato pelo(a) Presidente Paulo Roberto Lugão, portador da matrícula funcional n.º xxxxx, ora denominado GESTOR DA ATA, e a empresa _____ situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, lavram a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na forma do disposto no processo administrativo nº xxx/20xxxx, que se regerá pelas normas da Lei 13.303/2016 e Decreto Municipal n.º 2454/2023 de 23 de outubro de 2023, do instrumento convocatório, aplicando-se a este instrumento suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo II do edital de Licitação nº xxxx/2024, que é parte integrante



desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

1.2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA- ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

2.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº Órgãos Participantes Unidade Quantidade

CLÁUSULA QUARTA- DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:



4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 66 da Lei nº 13.303 de 2016; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 28.5.

CLÁUSULA QUINTA – DOS LIMITES PARA ADESÕES

5.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento

convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA SEXTA- VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.



6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.

6.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.5. O registro a que se refere o item 6.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 13.303, de 2016, bem como Decreto Municipal nº 2454/2023.

6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6.7, observando o item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de



classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SÉTIMA- ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do inciso VI do art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 13.303/2016.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA OITAVA- NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 81 da Lei nº 13.303 de 2016.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 13.303, de 2016 e Decreto Municipal n.º 2454/2023 e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.7.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.

CLÁUSULA NONA- REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. O controle e o gerenciamento dos quantitativos das atas de registro de preços e de seus saldos, das solicitações de adesão e do remanejamento das quantidades serão realizados pelo órgão gerenciador ou pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gerenciamento de Contratações Públicas por meio de Gestão de Atas, observados os procedimentos estabelecidos no presente regulamento e em regulamento relativo ao planejamento das contratações públicas.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.



CLÁUSULA DÉCIMA- CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

10.1.3. Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado;

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 82 da Lei nº 13.303 de 2016 e Art 179 e 180 do RIL COMDEGUAPI S/A, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.1.5 For liberado;

10.1.6 Não aceitar o preço revisado pela Administração.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.4, será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.



10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.5. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.5.1 O fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do Órgão Gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 4º, inc. XIIIV, do Decreto Municipal nº 2454/2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 5º, inc. IX, do Decreto nº 2454/2023).

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- CONDIÇÕES GERAIS



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Guapimirim, xx de xx de 20xx

COMDEGUAPI

EMPRESA



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

ATENÇÃO!!!

É responsabilidade da empresa o envio de **recibo de retirada de edital pela internet** ao Setor de Licitação.

A não remessa do recibo de retirada de edital e/ou acesso a documentação (Anexo IX) exime a **COMDEGUAPI S/A** da comunicação, por e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Recomendamos, ainda, consultas à referida página para eventuais comunicações e ou esclarecimentos disponibilizados acerca do processo licitatório. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da internet: **www.comdeguapi.com.br**

Endereço para envio do recibo: Rua Antônio Dias Guerra, nº 46/1º andar, Paiol, Guapimirim, RJ, CEP 25.945-877.

COMDEGUAPI S/A

Diretoria

E-mail: cpl@comdeguapi.com.br



ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E/OU ACESSO A DOCUMENTAÇÃO.

LICITAÇÃO MODALIDADE LEI Nº 13.303/2016 - PRESENCIAL SRP Nº _____/20__

PROCESSO ADMINISTRATIVO _____/20__

EMPRESA: _____,

SEDE NA: _____,

CNPJ Nº: _____, EMAIL: _____,

TEL: () _____ REPRESENTADA POR: _____,

INSCRITO(A) NO CPF Nº: _____, PORTADOR(A) DO RG Nº:

_____ órgão emissor _____, referente ao objeto _____.

Conforme disposto no Termo de Referência, declara que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações constantes do Edital supracitado.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Guapimirim, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do representante da empresa

Espaço destinado ao carimbo da empresa

OBS: Esta declaração PODERÁ ser apresentada junto com a documentação de credenciamento, fora dos envelopes. Sua apresentação é facultativa e não será utilizada como critério de inabilitação do licitante.



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

ANEXO X

MINUTA DO CONTRATO Nº 00022/2023.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM **COMDEGUAPI S/A – COMPANHIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM** E A EMPRESA (...) TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER APARELHO DE AR-CONDICIONADO E CORTINAS DE AR.

COMDEGUAPI S/A – COMPANHIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **50.833.734/0001-20**, com sede à Rua Antônio Dias Guerra, nº 46, Paiol, Guapimirim, RJ, CEP 25.945-877, neste ato representada por seu Diretor Presidente, **Paulo Roberto Lugão da Silva**, brasileiro, divorciado, empregado público municipal, portador da carteira nacional de habilitação nº 029.149.346-05 e CPF nº 054.010.007-23, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado(a) **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa (...), inscrita no CNPJ/MF sob o nº (...), com sede à Rua (...), neste ato representada por seu sócio(a) (...), doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar entre si o presente contrato, que será regido pela Lei Federal nº 13.303/2016 e suas alterações posteriores e, no que couber e não conflitar, a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, assim como, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COMDEGUAPI, pela Lei Federal nº 8.078/1990 (C.D.C) e, pelos princípios da teoria geral dos contratos, pelas disposições de direito privado, da documentação constante do processo administrativo nº 00017/2023 e pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CORRELATOS DE INFORMÁTICA, REDE LÓGICA, MONITORAMENTO E TELEFONIA, conforme especificações constantes na proposta e respectivo **termo de referência**, constantes do processo administrativo nº 00022/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO AMPARO LEGAL E DA SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS E REGIME DE EXECUÇÃO

A legislação aplicável a este contrato será a Lei nº 13.303/2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos, a Lei Federal nº 8.078/1990, bem como as cláusulas deste instrumento e pelos preceitos de direito privado.

O regime de execução será o de empreitada por preço unitário, devendo atender às especificações constantes no Termo de Referência, sendo procedida a entrega dos bens em até 05 dias, contados da emissão da autorização de fornecimento.



CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

Fazem parte integrante deste contrato, independentemente de sua transcrição, a proposta da CONTRATADA, nos termos e especificações técnicas do Termo de Referência, constante no processo administrativo nº 00022/2023.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

A duração do presente instrumento de contrato será de 12 meses, prorrogável por igual período, até o prazo de 05 (cinco) anos, na forma do artigo 71 da Lei n.º 13.303/2016. Ficando estabelecido eventual acréscimo ou supressão no percentual de até 25% (vinte e cinco) por cento, em sendo comprovada a necessidade de restabelecer o equilíbrio contratual do contrato quando da prorrogação.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Programa:	Red.	Elemento Despesa	de	Fonte
02-42	02.42.00.04.126.0073.2.222	870	44.90.52.00		1.749.00
02-42	02.42.00.04.126.0073.1.172	869	33.90.30.00		2.749.00
02-42	02.42.00.04.122.0073.1.172	868	44.90.52.00		1.749.00
02-42	02.42.00.04.122.0073.2.222	861	33.90.30.00		2.749.00

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor anual do presente instrumento contratual particular de direito é de R\$ 0,00 (...).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, mensalmente, até o dia dez do mês subsequente ao do cumprimento da obrigação, desde que o documento de cobrança esteja emitido e com o atesto do fiscal do contrato, no verso da mesma, juntamente com os documentos de habilitação da CONTRATADA tenham sido protocolados em processo administrativo próprio de pedido de pagamento, junto ao Protocolo Geral da empresa pública municipal com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis.



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

§ 1º - O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo empregado público competente, do documento de cobrança apresentado pela **CONTRATADA**;

§ 2º - O atesto fica condicionado à verificação da conformidade do documento de cobrança apresentado pela **CONTRATADA** e do regular cumprimento das obrigações assumidas;

§ 3º - Havendo erro na apresentação do documento de cobrança ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

§ 4º - Antes do pagamento, a **CONTRATANTE** verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da **CONTRATADA** e/ou nos sites oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal, devendo seu resultado ser impresso autenticado e juntado ao processo de pagamento.

§ 5º - Será considerada como data de pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

§ 6º - A **CONTRATANTE** não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela **CONTRATADA**, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

§ 7º - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

Visando restabelecer, por aditamento, o equilíbrio-financeiro inicial, poderá o contrato sofrer reajuste anual, mediante a aplicação do IPCA/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA NONA – DA FORMA DE ENTREGA E DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

O prazo de entrega dos bens, é de 05 dias, contados da emissão da Autorização de Fornecimento, em remessa parcelada na sede da Contratante, no Almoxarifado Central, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h.



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

O recebimento provisório do objeto, será declarado pelo fiscal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da data de entrega do objeto. O recebimento definitivo do objeto será declarado pelo fiscal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato. Após o recebimento, caso seja constatado que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a Fiscalização notificará por escrito a Contratada, ficando suspenso o pagamento até que seja sanada a irregularidade apontada.

Todas as despesas referentes à entrega do objeto serão da Contratada, até a entrega do objeto, incluindo às eventuais despesas com frete.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

Garantia total de 90 (noventa) dias, contados à partir do dia útil subsequente à data do recebimento do objeto pela Contratante, devendo haver a substituição da parte ou peça defeituosa, sem qualquer ônus para a Contratante, salvo se o defeito for provocado por eventual uso inadequado devidamente comprovado.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusividade seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Executar os serviços conforme especificações deste termo e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, bem como providenciar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade para execução do objeto contratual;

Executar os serviços objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos;

Garantir acesso, a qualquer tempo, da Fiscalização da Contratada ao serviço em questão;

Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na Lei nº 13.303/2016.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado público especialmente designado.

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

A Empresa Pública Municipal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências da Contratante relacionadas à execução do objeto deste Termo de Referência.

Expedir, por meio da Diretoria requisitante, documento de inspeção dos serviços prestados emitido pelo fiscal do contrato, que servirá como instrumento de avaliação e atestado do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos.

Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

Solicitar o imediato afastamento de qualquer empregado da Contratada, cujo comportamento ou capacidade técnica seja julgado inconveniente ou esteja em desconformidade com as disposições contratuais e legais.

Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária.

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e



Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma prevista no contrato, conforme Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

No caso de inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a ampla defesa, rescindir o contrato e/ou, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades ou sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa no percentual de 5% do valor da obrigação;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de contratar, por um período não superior a 2 (dois) anos.

A sanção prevista na alínea “c” do subitem anterior, poderá também ser aplicada à **CONTRATADA** que, na execução do contrato:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com empresa pública ou sociedade de economia mista, em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, a cisão ou a incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, devendo ser mantidas as demais cláusulas e condições do contrato e desde que não haja prejuízo à execução do objeto pactuado, devendo ainda, haver a devida anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

As partes poderão rescindir o contrato de forma amigável, unilateral ou judicial, nas hipóteses previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COMDEGUAPI.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A Gestão do Contrato decorrente deste Termo de Referência caberá a empregado público designado formalmente pela Diretoria solicitante, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. § 1º do 162 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos e do art. da Lei Federal nº 13.303/2016, ficando o titular da referida Unidade como corresponsável.

A fiscalização da contratação caberá ao(s) empregado(s) público(s) _____, matrícula nº _____ e _____, matrícula nº _____ da Diretoria _____, sendo substituído, em caso de ausência ou impedimento, por outro empregado público lotado na mesma diretoria.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Empresa Pública ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o § 4º do art. 162 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

O representante da Contratante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

Para eficácia do presente instrumento, a CONTRATANTE providenciará sua publicação, conforme dispõe a Lei Federal nº 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ANTICORRUPÇÃO

Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionado, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO



COMDEGUAPI
COMPANHIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00022/23

FLS: _____

RUBRICA: _____

A Contratada deverá, através de seu representante legal, firmar acordo de confidencialidade de informação e dar ciência deste a toda sua equipe de profissionais que participarão da execução do contrato, comprometendo-se perante à Contratante, por meio de assinatura de Termo de Responsabilidade e Sigilo, a observância das obrigações nele descrito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Guapimirim, para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Guapimirim, 26 de Agosto de 2024.

Contratante

Contratada

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF: